



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO
CRBM - 5
Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina
CNPJ 13738204/0001-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo nº 04/2023

Objeto: Contratação de prestador de serviço voltado ao fornecimento de acesso à internet (ponto de acesso redundante) ao CRBM-5



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO
CRBM - 5
Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina
CNPJ 13738204/0001-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2023

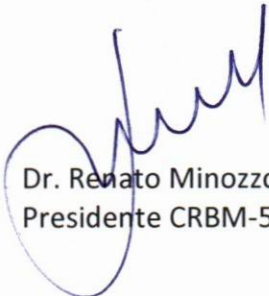
O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO/CRBM-5, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 28 da Resolução 54/2000 do *Conselho Federal de Biomedicina*, através do presente termo, instaura o processo administrativo identificado pelo número em epígrafe, visando a contratação de prestador de serviço voltado ao fornecimento de acesso à internet (ponto de acesso redundante) ao CRBM-5.

Isto posto, remetam-se os autos à *Comissão de Compras e Contratos* para levantamento de propostas junto às empresas interessadas na contratação do referido serviço.

Após, voltem para análise acerca das propostas levantadas, se possível, já acompanhado dos pareceres jurídicos e contábil acerca da viabilidade legal e orçamentária para a contratação.

Cumpra-se.

Porto Alegre, 28 de março de 2023


Dr. Renato Minozzo
Presidente CRBM-5



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO | CRBM-5

Jurisdição: Santa Catarina e Rio Grande do Sul

CNPJ: 13.738.204/0001-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2023

Objeto: Contratação do Serviço de internet com IP Fixo (mínimo 100 mbgs).

O presente parecer trata da análise dos orçamentos apresentados para **Contratação de serviço de internet com o mínimo de 100 mbgs e IP Fixo, pra servir em caráter técnico de ponto de redundância de acesso à internet do CRBM5.**

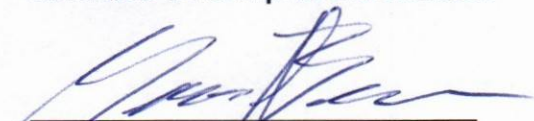
EMPRESA	CNPJ	VALOR R\$	INTALAÇÃO
BANET SERVIÇO DE INTERNET LTDA	47.219.292/0001-11	350,00	350,00
FASTWEB TELECON SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES LTDA	28.439.017/0001-69	780,00	360,00
ALGAR TELECON S/A	71.208.516/0001-74	1209,00	400,00

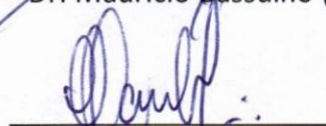
Após a análise de todos os documentos apresentados considera-se que estes apresentam valores de mercado compatíveis com as especificações solicitadas e condizentes com as necessidades desta Autarquia.

Sendo assim, adotando-se como critério de escolha o orçamento de menor preço, **OPINA-SE** pela compra, mediante determinação final do Presidente do Conselho, do objeto em questão da seguinte empresa: BANET SERVIÇO DE INTERNE LTDA

Porto Alegre, 14 de abril 2023.

Comissão de Compras e Contratos:


Dr. Maurício Bassuino (presidente)


Dr. Tiago S. Carvalho


Dr. Rodrigo Staggemeier


Inácio Borges – Funcionário CRBM5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.219.292/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/07/2022
NOME EMPRESARIAL BANET SERVICO DE INTERNET LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC 61.20-5-99 - Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente 61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV PERNAMBUCO	NÚMERO 2623	COMPLEMENTO SALA 306
CEP 90.240-005	BAIRRO/DISTRITO SAO GERALDO	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE
UF RS		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@B3LINK.COM.BR		TELEFONE (51) 9565-3638/ (0000) 0000-0000
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/07/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 06/04/2023 às 15:38:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

PROPOSTA COMERCIAL

CONSELHO REGIONAL DE
BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO

A/C Inácio



A Blue3 Tecnologia com sede em Porto Alegre fornece internet dedicada de alta disponibilidade, baixa latência para clientes corporativos que necessitam de um serviço de qualidade e um pós-vendas efetivo e personalizado.

Possuímos ligações redundantes e prioritárias com os principais PTTs (ponto de troca de tráfego) do país. Ligações internacionais com as principais rotas de comunicação, reduzindo assim a latência e melhorando a performance de sua Internet.

Produtos e Serviços Blue3:

- Link de Internet Empresarial
- VPN e MPLS (L2L)
- Telefonia IP
- PABX CLOUD
- Projetos especiais em Infra Estrutura de TI

OBJETO

O objeto desta proposta é: LINK DE INTERNET FIBRA ÓPTICA

CONDIÇÕES COMERCIAIS DO CONTRATO

- Endereço de Instalação: Av. Cairú, 1293, Navegantes

SERVIÇO	DESCRIÇÃO	VIGÊNCIA	ATIVACÃO	MENSAL
Link Avançado + IP Fixo	150Mb Download 150Mb Upload	12 Meses	R\$ 350,00	R\$ 350,00

- Valor mensal ref prestação de serviço de internet em cada endereço

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- SLA até 8h
- Grupo PREMIUM no whatsapp com o time de engenharia e técnicos de TI da Blue3 Internet
- Valor da instalação podendo ser feita em até 1x no boleto.
- Data de pagamento do valor mensal: Todo dia 10 de cada mês
- Todos impostos inclusos
- Despesas Gerais por conta do cliente

OBSERVAÇÕES

- Prazo de ativação em até 3 dias após a assinatura do contrato
- A taxa de ativação é cobrada após a assinatura do contrato e pode ser parcelada, sendo a primeira parcela paga após a assinatura do contrato.
- Todos os equipamentos e materiais necessários para pleno funcionamento do serviço será cedido em forma de comodato.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.439.017/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/08/2017
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL FASTWEB TELECOM SISTEMAS DE COMUNICACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FASTWEB TELECOMUNICACOES	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (Dispensada *) 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação (Dispensada *) 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis (Dispensada *) 61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (Dispensada *) 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios (Dispensada *)
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R DO PARQUE	NÚMERO 151	COMPLEMENTO *****
---------------------------	---------------	----------------------

CEP 90.230-200	BAIRRO/DISTRITO SAO GERALDO	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE	UF RS
-------------------	--------------------------------	---------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ALBERTO@GLOBALNETCOM.COM.BR	TELEFONE (51) 2500-7007
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/08/2017
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 06/04/2023 às 15:15:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



FASTWEB
Telecomunicações

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA

Prezado Cliente,

Segue nossa **proposta comercial** para sua apreciação.

Temos convicção de que poderemos melhorar a qualidade da sua internet e telefonia com nossas soluções de Link Avançado de Internet e linhas digitais com Fibra Ótica.

NOSSO OBJETIVO: fornecer soluções que ajudem a sua empresa a crescer dentro do seu segmento, fortalecendo sua posição no mercado.

NOSSO FOCO: atender ao cliente com mais qualidade e atenção.

NOSSA VISÃO: crescer junto com você.

Agradecemos seu interesse e confiança na FASTWEB TELECOM.

Atenciosamente,

Alberto Dias

Diretor Comercial

(51) 2500.7007 e 98595.9697

alberto@fastwebtelecom.com.br

Porto Alegre-RS, 06 de abril de 2023



FASTWEB

Telecomunicações

Nossa Proposta & Vantagens

SOLUÇÃO COMPLETA EM TELEFONIA E INTERNET

TELEFONIA DIGITAL	30 LINHAS DIGITAIS Ligações ILIMITADAS para fixo nacional FRANQUIA CELULAR 2.000 min / mês Busca Automática + Identificação de Chamadas Portabilidade de Números URA GRATUITA (atendimento automático)	A SER ORÇADO EM SEPARADO
INTERNET AVANÇADA	Link Internet IP DEDICADO 100 Mbps ALTA QUALIDADE NA FIBRA ÓPTICA Endereço IP Fixo incluído /30 DOWNLOAD e UPLOAD Simétricos Suporte DIFERENCIADO com SLA de até 06 hs ROTEADOR GRATUITO em comodato (Mikrotik com portas Gigabit)	
Link DEDICADO 100 Mbps + Suporte SLA 06 hs com atendimento personalizado + Roteador GIGA em comodato		Mensalidade R\$ 780,00

INSTALAÇÃO	Valor Instalação: 03 Parcelas de R\$ 120,00 SEM JUROS
OBSERVAÇÕES	Prazo de Instalação: até 15 dias
	Fidelidade Contratual: 24 meses
	SUORTE - SLA (tempo de Resposta): 06 hs

DOCUMENTAÇÃO PARA CADASTRO

Após avaliação e aprovação da proposta pedimos nos enviar os documentos abaixo:

- Cópia do Contrato Social e CNPJ;
- Cópia do RG do sócio que assina a documentação da empresa;



OBSERVAÇÕES

- a) Na data da ativação da fibra e internet será necessário a presença do responsável pelo setor de TI da empresa. Rede interna do cliente não é de nossa responsabilidade;
- b) A configuração da rede wi-fi e distribuição do sinal dentro da empresa é de responsabilidade do cliente. Uma vez que o sinal do wi-fi sofre fortes interferências, em função de obstáculos e paredes, a Fastweb não tem como garantir a qualidade do sinal no interior das dependências da empresa/residência;
- c) O SLA do suporte para o link empresarial é considerado dentro do horário comercial;
- d) A viabilidade técnica é dada em primeiro momento levando em conta nosso mapa da rede de fibra no endereço da instalação. Fica a ressalva de que a viabilidade completa será feita no dia da instalação para verificação dos dutos de passagem na parte interna do prédio;
- e) Recomenda-se que a sala dos equipamentos de TI / Telecom esteja climatizada. É de vital importância que a rede elétrica da sala dos equipamentos de TI / Telecom tenha aterramento e esteja protegida por estabilizador e/ou nobreak;

Em caso de contratação de Telefonia:

- f) No plano de voz com ligações ilimitadas o cliente se compromete a não utilizar as linhas digitais da Fastweb Telecom para Serviços de Call Center ou Telemarketing Ativo, o que geraria um consumo muito grande de ligações inviabilizando economicamente a prestação do serviço;
- g) Para a instalação das linhas digitais junto a central telefônica do cliente será necessário a presença do técnico de manutenção do equipamento;
- h) A portabilidade de números junto a Anatel será encaminhada logo após a ativação da fibra ótica. A Anatel tem levado de 7 a 12 dias para efetuar o processo da portabilidade;
- i) Nesta proposta esta contemplada a portabilidade de números na quantidade de linhas. Caso o cliente possua mais números será necessário acrescentar na mensalidade o valor de R\$ 8,00 por número adicional;
- j) Nas ligações para celular, acima da franquia, será cobrado a tarifa de R\$ 0,19 por minuto de ligação para celular Nacional (VC1 / VC2 / VC3);
- k) O cliente fica responsável por todos os cancelamentos junto a operadora antiga, pois esta operação só pode ser feita pelo gestor da conta;
- l) Validade da Proposta: 10 dias;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 71.208.516/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/04/1993
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ALGAR TELECOM S/A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ALGAR TELECOM	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 61.10-8-02 - Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM 61.20-5-01 - Telefonia móvel celular 61.20-5-99 - Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo 61.43-4-00 - Operadoras de televisão por assinatura por satélite 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações 61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 66.22-3-00 - Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde 66.29-1-00 - Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - Sociedade Anônima Aberta

LOGRADOURO R JOSE ALVES GARCIA	NÚMERO 415	COMPLEMENTO *****
-----------------------------------	---------------	----------------------

CEP 38.400-668	BAIRRO/DISTRITO BRASIL	MUNICÍPIO UBERLANDIA	UF MG
-------------------	---------------------------	-------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CADASTRO@CSCALGAR.COM.BR	TELEFONE (34) 3256-2961/ (11) 3512-1212
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/04/2023 às 15:55:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 71.208.516/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/04/1993
NOME EMPRESARIAL ALGAR TELECOM S/A		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - Sociedade Anônima Aberta		
LOGRADOURO R JOSE ALVES GARCIA	NÚMERO 415	COMPLEMENTO *****
CEP 38.400-668	BAIRRO/DISTRITO BRASIL	MUNICÍPIO UBERLANDIA
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CADASTRO@CSCALGAR.COM.BR	TELEFONE (34) 3256-2961/ (11) 3512-1212	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

provado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/04/2023 às 15:55:51 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



Quem somos.

A ALGAR TELECOM é uma empresa do grupo brasileiro Algar, presente em todo território nacional, com atuação nas áreas de TIC, Agro, Turismo e Serviços.

Um time com mais de 23 mil associados (como são chamados os funcionários) e em nossa essência está o espírito empreendedor e a forma diferenciada de fazer negócios, sempre próximos de nossos clientes e servindo de forma sustentável as regiões onde atuamos.

Sempre fomos reconhecidos por nosso atendimento eficaz, bom relacionamento com nossos mais de 1,3 milhão de clientes e por usarmos tecnologia inovadora. Esses diferenciais são resultado de quase seis décadas de trabalho, o que nos faz uma das mais sólidas companhias brasileiras de TI/Telecom. Colocando você sempre em primeiro lugar.

Visão:

Gente servindo Gente

Missão:

Servir e entregar pessoas e negócios de forma sustentável.

Valores:

- ☐ Cliente, nossa razão de existir
- ☐ Integridade
- ☐ Valorização dos talentos humanos
- ☐ Crença no Brasil
- ☐ Sustentabilidade

Atendimento especializado e soluções customizadas

Oferecer as melhores soluções para sua empresa é fundamental para gente. Para entendermos suas reais necessidades, o primeiro passo é nossa equipe de especialistas analisarem seu negócio e o mercado em que você atua.

Monitoramento técnico

Para garantir menor tempo de resposta operacional e alto desempenho nas soluções que oferecemos para sua empresa, contamos com um moderno Centro de Operações e uma equipe certificada e especializada full time para garantir aos seus negócios segurança em TI e Telecom, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano.



Razão Social: CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5A. REGIAO	
CNPJ: 13.738.204/0001-76	I.E.:
Contato Comercial: Rodolfo Nunes	Cargo:
Telefone: 51-98199-9201	E-mail: adm2@crbm5.gov.br
Endereço de Instalação: AV CAIRU N 1293	Complemento:
CEP: 90230-031	Bairro: NAVEGANTES
Cidade: PORTO ALEGRE	UF: RS

Configuração – para cada uma das salas físicas:

Endereço de instalação: AV CAIRU N 1293
Informações complementares:
Dados de Equipamento:

Dados Complementares:

Prazo Contratual: 36 MESES
Quantidade Total de Salas Físicas:
Valor Total das Salas:
Quantidade Total de Portas Dedicadas:
Valor Total das Portas Dedicadas:
Valor do Consumo Mínimo:
Valor Total Mensal: R\$ 1.209,00
Valores de Instalação: R\$ 400,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO
CRBM - 5

Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina
CNPJ 13738204/0001-76

Processo Administrativo nº 04/2023

A ASSESSORIA CONTÁBIL DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO, no desempenho das suas atribuições funcionais, vem informar ao Ilmo. Sr. Presidente do Conselho que a contratação de prestador de serviço voltado ao fornecimento de acesso à internet (ponto de acesso redundante) ao CRBM-5 encontra dotação orçamentária inscrita sob a 6.2.2.1.1.01.04.04.012 - Serviços De Informática sendo que o eventual empenho na referida conta com o valor de R\$ 4.550,00(quatro mil quinhentos e cinquenta reais) correspondente à remuneração contratual ofertada pela empresa *Banet Serviço de Internet Ltda.* (cuja contratação é sugerida pela Comissão de Compras e Contratos), permanecerá dentro do limite legalmente autorizado para contratação desse objeto mediante dispensa de licitação.

Assim sendo, a assessoria contábil se manifesta no sentido da viabilidade orçamentária para a celebração de contrato, mediante dispensa de licitação, junto à empresa *Banet Serviço de Internet Ltda.* voltado ao fornecimento de acesso à internet (ponto de acesso redundante) ao CRBM-5.

Porto Alegre, 17 de abril de 2023.


Gian Carlo Lopes de Oliveira
Assessor Contábil



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO
CRBM - 5
Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina
CNPJ 13738204/0001-76

Processo Administrativo nº 04/2023

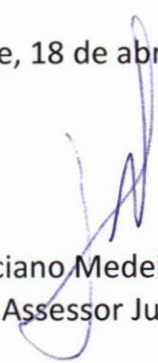
A ASSESSORIA JURÍDICA DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO, vem perante o *Ilmo. Sr. Presidente do Conselho* para apresentar manifestação relacionada à contratação de serviço voltado ao fornecimento de acesso à internet (ponto de acesso redundante) ao CRBM-5:

A *Comissão de Compra e Contratos* sugere a contratação da empresa *Banet Serviço de Internet Ltda.* para a prestação do serviço em questão.

Verifica-se que o valor de remuneração do contrato em questão, ofertado pela empresa *Banet Serviço de Internet Ltda.*, está dentro do limite estabelecido no inciso II, do artigo 75, da Lei 14.133/2021, para contratação mediante dispensa de licitação. Corrobora nesse sentido a manifestação da assessoria contábil a esse respeito.

Assim sendo, a assessoria jurídica se manifesta no sentido da viabilidade legal da celebração de contrato, mediante dispensa de licitação, junto à empresa *Banet Serviço de Internet Ltda.* para a prestação dos serviços voltado ao fornecimento de acesso à internet (ponto de acesso redundante) ao CRBM-5.

Porto Alegre, 18 de abril de 2023.


Luciano Medeiros Avila
Assessor Jurídico



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO

CRBM - 5

Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina

CNPJ 13738204/0001-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO/CRBM-5, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 28 da Resolução 54/2000 do Conselho Federal de Biomedicina, vem através do presente para, em vista das propostas levantadas pela Comissão de Compras e Contratos e das manifestações das assessorias contábil e jurídica, homologar a contratação, mediante dispensa de licitação, da empresa *Banet Serviço de Internet Ltda.*, qualificada na proposta anexa, para a prestação dos serviços voltado ao fornecimento de acesso à internet (ponto de acesso redundante) ao CRBM-5, em conformidade com os motivos expostos abaixo:

A escolha da empresa supra referida para o serviço em questão toma por base as condições apresentadas na respectiva proposta, especialmente o valor da remuneração do contrato, que se apresenta mais vantajoso em comparação com as propostas apresentadas pelas demais empresas concorrentes, garantindo, assim, a economicidade dos recursos do Conselho.

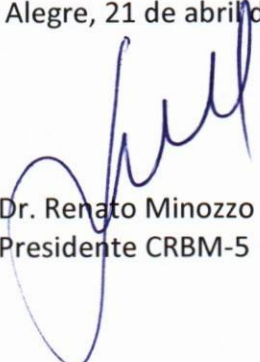
Por outro lado, tendo em vista que a quantia despendida com a remuneração total do contrato não ultrapassa o limite previsto no inciso II, do artigo 75, da Lei 14.133/21, mostra-se viável a realização da referida contratação mediante dispensa de licitação.

Isto posto, após a celebração do contrato, junte-se aos autos o respectivo instrumento firmado e providencie-se a publicação de extrato no Diário Oficial da União.

Por fim, submeta-se o presente processo administrativo aos demais membros do Colegiado, para as verificações de praxe em caráter de controle interno.

Cumpra-se.

Porto Alegre, 21 de abril de 2023


Dr. Renato Minozzo
Presidente CRBM-5

TERMO DE ADESÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

As partes abaixo identificadas resolvem firmar o presente **TERMO DE ADESÃO**:

CONTRATANTE: Conselho Regional de Biomedicina da 5ª Região, com sede na Avenida Cairu, 1293, Predio, Navegantes, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 13.738.204/0001-76, neste ato, representada na forma prevista em seus atos constitutivos, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: BANET SERVICO DE INTERNET LTDA , autorizada de SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM), nos termos de seu respectivo contrato de autorização celebrado com a Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, estabelecida na Av. Pernambuco, Sala 306, bairro Floresta, na cidade de Porto Alegre, RS, CEP 90240-005, inscrita no CNPJ sob o nº 47.219.292/0001-11, neste ato, representada pelos seus representantes legais, devidamente autorizada pela ANATEL, Fistel número , conforme ATO , doravante denominada **CONTRATADA**.

1. Quadro de Resumo Comercial

B3TEC Corp 150 Avançado IP

ID Prod	Produto	Qtde.	Vlr. Unitário	Vlr. Total	Desconto	Acrescimo	Vlr. Liquido
179	B3TEC Corp 150	1,00	150,00	150,00	0,00	0,00	150,00
284	B3tec IP Público Fixo	1,00	50,00	50,00	0,00	0,00	50,00
285	B3TEC Atendimento Avançado	1,00	150,00	150,00	0,00	0,00	150,00
Totais	3	3,00	350,00	350,00	0,00	0,00	350,00

2. Endereço de Instalação Login:

2.1. Para a prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE indica o endereço para instalação para o contrato número 2849, dos equipamentos necessários para fruição dos serviços, onde será observada previamente a viabilidade técnica pela PRESTADORA.

2.2 Avenida Cairu, 1293 , Predio , CEP 90230-031, Navegantes, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

3. Banda e quantidade de dados contratados.

3.1. Banda de download: 150Mbps

3.2. Banda de upload: 150Mbps

3.3. Limite de tráfego de dados: ILIMITADO.

4. Adesão do contrato de prestação de serviços de telecomunicações

4.1. Pelo presente instrumento, o CONTRATANTE adere aos termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações.

4.2. O CONTRATANTE declara neste ato deter plena capacidade para celebrar o presente, haver recebido, lido, compreendido e concordado com os termos e condições do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES.

5. Valores, formas de pagamento e vencimentos

5.1. Taxa de Ativação:

Valor taxa de ativação: 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Formato cobrança: Boleto

Envio: e-mail, endereço: assessoria@crbm5.gov.br

5.2. Parcelas mensais contrato:

Valor mensal: 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Dia vencimento: 10

Formato cobrança: Boleto

Envio: e-mail, endereço: assessoria@crbm5.gov.br

6. Comodato

6.1 Para a prestação dos serviços objeto do presente contrato CONTRATADA cede à CONTRATANTE, em regime de comodato, os seguintes equipamentos (de propriedade da CONTRATADA);

6.2 ONT, ou ONU com roteador no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta Reais).

6.3. Em caso de rescisão do contrato, a CONTRATANTE deve permitir a retirada dos equipamentos descritos no item 5.2 em horário comercial (compreendido de segunda-feira a sexta-feira das 9h às 17h), caso o acesso não seja autorizado ou os equipamentos se encontrem danificados ou com avarias, será cobrado da CONTRATANTE o valor conforme o item 6.2.

6.4. Para a prestação do serviço de manutenção dos equipamentos referidos no item 6.1, a CONTRATANTE deve permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às instalações onde tais equipamentos estejam fixados, em horário e dia previamente agendados, para que possam não só providenciar as manutenções periódicas exigidas, assim como, realizar eventuais consertos necessários para o satisfatório funcionamento do serviço disponibilizado pela CONTRATADA.

6.5. O não cumprimento do estipulado no item 6.4 tem como consequência a não exigibilidade, por parte da CONTRATANTE, de qualquer aspecto relativo à qualidade do serviço, ou do serviço prestado em si mesmo, já que é imperiosa a manutenção adequada dos equipamentos para a continuidade da prestação do serviço.

7. Visitação ou assistência técnica para manutenção

Será necessário consultar a tabela vigente.

7.1. Visita Improdutiva: 150,00

A CONTRATADA irá ceder o uso e gozo dos equipamentos descritos na cláusula 6.1 mediante o pagamento da taxa de instalação/ativação do serviço de comunicação multimídia, conforme o valor discriminado no TERMO DE CONTRATAÇÃO, a título de benefício, caso o CONTRATANTE comprometa-se a permanecer na condição de CONTRATANTE no prazo de permanência mínima de 12 (Doze) meses.

8. Rescisão contratual

8.1. Este contrato terá vigência por prazo determinado de 12 (doze) meses, com início na ativação do serviço, conforme item 1 Quadro de Resumo Comercial.

8.2. No caso de a rescisão ser decorrente de descumprimento contratual, a CONTRATADA observará o estabelecido nos itens 6.1 a 6.5.

8.3. O presente contrato poderá ser extinto a qualquer tempo, independentemente de motivo, por qualquer das partes, mediante aviso prévio com antecedência de 30 (trinta) dias.

8.4. Ocorrendo à rescisão antes de findo o prazo deste Contrato, por iniciativa exclusiva do CONTRATANTE de a o mesmo obrigado a pagar à CONTRATADA, no ato da rescisão, multa correspondente a 50% (Cinquenta) por cento do valor mensal referente ao serviço cancelado, multiplicado pelo número de prestações restantes à conclusão do Contrato.

8.5. A prorrogação do contrato deve ser formalizada e solicitada pela contratante, por termo aditivo após os 12 meses de vigência.

Parágrafo único: As penalidades pelo não cumprimento das obrigações aqui assumidas, estão dispostas no Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações, estando ciente o CONTRATANTE das condições impostas em caso de inadimplência.

A critério da CONTRATADA, os equipamentos poderão ser substituídos por outros semelhantes, sem que seja mantida a mesma marca ou modelo, desde que seja mantidas as condições de entrega.

9. Das disposições gerais

9.1. O CONTRATANTE declara, para todos os fins de direito, que a aceitação aos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações, formalizada por este TERMO DE CONTRATAÇÃO, é a expressão de sua vontade. Em face do exposto reconhecimento da legitimidade da presente contratação é que o CONTRATANTE não poderá escusar-se de cumprir as condições ora pactuadas.

9.2. A partir da assinatura deste TERMO DE CONTRATAÇÃO, ficam as partes obrigadas ao fiel cumprimento das cláusulas contidas no Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações. O presente TERMO DE CONTRATAÇÃO vigorará enquanto estiver vigente o Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações.

9.3. O presente TERMO DE CONTRATAÇÃO poderá ser modificado no todo ou em parte, através de termo aditivo.

10. Sucessão e do foro

10.1 O presente instrumento obriga herdeiros e/ou sucessores, a qualquer tempo, sendo neste ato eleito pelas partes o foro da JUSTIÇA FEDERAL da cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, competente para dirimir quaisquer questões referentes ao presente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.2 E, por estar de acordo, o CONTRATANTE adere ao presente documento assinando por sua livre vontade, declarando ainda, não estar assinando e/ou aceitando o presente sob premente coação, estado de necessidade ou outra forma de vício de consentimento, tendo conhecimento de todo direito e obrigação que assume nesta data.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO À INTERNET E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA

1. DAS PARTES

1.1 De um lado, BANET SERVICO DE INTERNET LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 47.219.292/0001-11, com sede na Av. Pernambuco, 2623, Sala 306, Bairro Floresta, na cidade de Porto Alegre, RS, CEP 90240-005, neste ato, representada por seu Representante Legal infra-assinado, doravante denominada simplesmente como **CONTRATADA**;

1.2 E do outro lado, as pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado que venham a se submeter a este instrumento mediante uma das formas alternativas de adesão descritas no presente Contrato, doravante denominadas simplesmente **CONTRATANTE, CLIENTE** ou **ASSINANTE**, nomeadas e qualificadas através de **TERMO DE CONTRATAÇÃO** ou outra forma alternativa de adesão ao presente instrumento.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E DEFINIÇÕES:

2.1. **TERMO DE CONTRATAÇÃO**, quando aqui referido, independentemente do número ou gênero em que seja mencionado, designa o instrumento (impresso ou eletrônico) de adesão (presencial ou online) a este contrato que determina o início de sua vigência, que o completa e o aperfeiçoa, sendo parte indissociável e formando um só instrumento para todos os fins de direito, sem prejuízo de outras formas de adesão previstas em Lei e no presente Contrato.

2.2. O **TERMO DE CONTRATAÇÃO**, assinado ou aderido eletronicamente, obriga o **CLIENTE** aos termos e condições do presente Contrato, podendo ser alterado através de **ADITIVOS**, desde que devidamente assinados ou aderidos eletronicamente por cada parte.

2.3. **Serviços de conexão à internet**, ou também intitulados de **serviços de acesso à internet**, quando aqui referidos, independentemente do número ou gênero em que sejam mencionados, designam serviços objetos deste Contrato, considerados, por Lei e normas regulamentares da ANATEL e do Ministério das Comunicações, como típicos "Serviços de Valor Adicionado", que não se confundem com quaisquer das modalidades dos serviços de telecomunicações.

2.4. **Serviços de Comunicação Multimídia (SCM)**, quando aqui referidos, independentemente do número ou gênero em que sejam mencionados, designam os serviços também objetos deste Contrato, que compreendem a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia (sinais de áudio, vídeo, dados, voz e outros).

2.5. **Registros de Conexão**, quando aqui referido, independentemente do número ou gênero em que sejam mencionados, designam o conjunto de informações referentes à data e hora de início e término de uma conexão à Internet, sua duração e o endereço IP utilizado pelo terminal para o envio e recebimento de pacotes de dados, dentre outras informações que permitam identificar o terminal de acesso utilizado pelo **CLIENTE**.

2.6. **PLANO DE SERVIÇO**, quando aqui referido, independentemente do número ou gênero em que seja mencionado, designa as condições de prestação dos serviços disponibilizados pela **CONTRATADA**, contendo descrições das características dos serviços, do acesso, manutenção do direito de uso, utilização, serviços eventuais e suplementares a ele inerentes, preços associados, valores, regras e critérios de sua aplicação. O **PLANO DE SERVIÇO** aperfeiçoa e integra o presente contrato, sendo parte integrante do **TERMO DE CONTRATAÇÃO**.

2.7. **Contrato de Permanência**, quando aqui referido, independentemente do número ou gênero em que seja mencionado, designa instrumento autônomo, mas vinculado ao presente Contrato, proposto para formalizar a fidelização do **CLIENTE** por período pré-determinado, tendo como contrapartida a concessão em favor do **CLIENTE** de determinados benefícios na contratação dos serviços.

2.8. **Prestadora de Pequeno Porte (PPP)**, quando aqui referido, independentemente do número ou gênero em que seja mencionado, designa a prestadora dos serviços de comunicação multimídia com até 50.000 (cinquenta mil) acessos em serviço (assinantes).

2.9. A **CONTRATADA** se enquadra, para todos os fins de direito, no conceito de **Prestadora de Pequeno Porte (PPP)**, motivo pelo qual é isenta de determinadas obrigações previstas no Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, anexo à Resolução **ANATEL 614/2013**, bem como no Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGD), anexo à Resolução **ANATEL 632/2014**, e ainda, no Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM), anexo à Resolução **ANATEL 574/2011**.

2.10. As partes acima qualificadas têm entre si justo e contratado o presente "CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO À INTERNET E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA", acordando quanto as cláusulas adiante estabelecidas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores.

3. DO OBJETO E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

3.1. Constitui-se objeto do presente instrumento a prestação, pela **CONTRATADA** em favor do **CLIENTE**, dos **Serviços de Conexão à internet (Serviços de Valor Adicionado)**, a serem disponibilizados nas dependências do **CLIENTE**, de acordo com os termos e condições previstas no presente Contrato, no **TERMO DE CONTRATAÇÃO** e respectivo **PLANO DE SERVIÇO**, partes integrantes e essenciais à celebração do presente instrumento. Para a disponibilização dos **Serviços de Conexão à internet (Serviços de Valor Adicionado)** nas dependências do **CLIENTE**, a **CONTRATADA** obriga-se, ainda, à prestação dos **Serviços de Comunicação Multimídia (SCM)**, também objeto deste Contrato, de acordo com os termos e condições previstas no presente Contrato, no **TERMO DE CONTRATAÇÃO** e respectivo **PLANO DE SERVIÇO**, partes integrantes e essenciais à celebração do presente instrumento.

3.2. A prestação dos **Serviços de Conexão à Internet** será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, o que não requer qualquer autorização da ANATEL para sua consecução, haja vista este serviço ser considerado, por lei e normas regulamentares da própria ANATEL e do Ministério das Comunicações, como típico "Serviço de Valor Adicionado", que não se confunde com quaisquer das modalidades dos serviços de telecomunicações.

3.3. A prestação do **Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)** será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, que se encontra

devidamente autorizada para tal, conforme autorização expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos do processo nº 53500.002688/2020-40(SEI) conforme ATO 1156/2020 ANATEL.

3.4. A prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) encontra-se sob a égide da lei n.º 9.472/97; do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução ANATEL n.º 73/98; do Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, anexo à Resolução ANATEL n.º 614/2013; do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), anexo à Resolução ANATEL n.º 632/2014; e demais normas aplicáveis.

3.5. A qualificação completa do CLIENTE; o tipo, as especificações e características dos serviços prestados; a garantia de banda contratada; os valores a serem pagos pelo CLIENTE pelos serviços de conexão à internet, bem como pelos serviços de comunicação multimídia, instalação, ativação e/ou locação de equipamentos; bem como demais detalhes técnicos e comerciais, serão detidamente designados no TERMO DE CONTRATAÇÃO e respectivo PLANO DE SERVIÇO.

3.6. O PLANO DE SERVIÇO compõe o TERMO DE CONTRATAÇÃO, constituindo partes integrantes e essenciais à celebração do presente instrumento. Uma vez assinado ou aderido eletronicamente o TERMO DE CONTRATAÇÃO, fica automaticamente aperfeiçoada a relação jurídica havida entre o CLIENTE e a CONTRATADA, bem como fica automaticamente aperfeiçoado o presente instrumento, que passa a constituir, juntamente com o TERMO DE CONTRATAÇÃO e respectivo PLANO DE SERVIÇO, um título executivo extrajudicial, para todos os fins de direito.

3.7. Os serviços de conexão à internet e serviços de comunicação multimídia (SCM) estarão disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término da relação contratual avençada, ressalvadas as interrupções causadas por caso fortuito ou motivo de força maior, dentre outras hipóteses prevista neste instrumento.

3.8. Quando da assinatura ou aceite eletrônico do TERMO DE CONTRATAÇÃO, o CLIENTE declara que teve amplo e total conhecimento prévio de todas as garantias de atendimento, condições dos serviços ofertados, valores de mensalidade, critérios de cobrança, franquia de consumo dos serviços (se for o caso), velocidade máxima de download e upload, garantia de banda e valores referentes aos planos de serviços.

3.9. Caso seja do interesse do CLIENTE se valer de determinados benefícios ofertados pela CONTRATADA, este deverá pactuar com a CONTRATADA, separadamente, um Contrato de Permanência, documento em que serão identificados os benefícios concedidos ao CLIENTE e, em contrapartida, será fixado o prazo de permanência contratual que o cliente deverá observar, bem como as penalidades aplicáveis ao CLIENTE em caso de rescisão contratual antecipada.

3.10. O CLIENTE declara e reconhece ser facultado ao mesmo optar, antes da contratação ou renovação, pela celebração de um contrato com a CONTRATADA sem a percepção de qualquer benefício, hipótese em que não há permanência contratual.

4. DAS FORMAS DE ADESÃO

4.1. A adesão pelo CLIENTE ao presente Contrato efetiva-se alternativamente por meio de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro:

4.1.1. Assinatura de TERMO DE CONTRATAÇÃO impresso;

4.1.2. Preenchimento, aceite online e/ou confirmação via e-mail de TERMO DE CONTRATAÇÃO eletrônico ou sistema de assinatura eletrônico indicado pela CONTRATADA.

4.1.3. Pagamento parcial ou total via boleto bancário, depósito em Conta Corrente da CONTRATADA, ou outro meio idôneo de pagamento, de qualquer valor relativo aos serviços disponibilizados pela CONTRATADA.

4.1.4. Percepção, de qualquer forma, dos serviços objeto do presente Contrato.

4.1.5. Com relação à CONTRATADA, suas obrigações e responsabilidades iniciam efetivamente a partir da ciência comprovada de que o CLIENTE aderiu ao presente CONTRATO mediante um dos eventos supracitados, salvo no tocante às formas de adesão previstas nos itens 3.1.3 e 3.1.4 acima, em que poderá a CONTRATADA, antes de iniciar o cumprimento de suas obrigações, reivindicar a assinatura ou aceite do TERMO DE CONTRATAÇÃO impresso ou eletrônico.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONEXÃO À INTERNET

5.1. Na prestação dos serviços de conexão à internet, a CONTRATADA disponibilizará ao CLIENTE um endereço IP (Internet Protocol) que poderá ser dinâmico (variável), ou poderá ser fixo (invariável), a exclusivo critério da CONTRATADA.

5.2. Independente da forma de disponibilização do IP (Internet Protocol) ao CLIENTE, este endereço sempre será de propriedade da CONTRATADA, sendo que a disponibilização do endereço IP (Internet Protocol) não constitui, de forma alguma, qualquer espécie de cessão ou transferência desta propriedade.

5.3. A CONTRATADA se reserva no direito de alterar, a qualquer momento, o IP dinâmico (variável) ou fixo (invariável) cedido ao CLIENTE, independentemente de prévia comunicação ou consentimento do CLIENTE.

5.4. O PLANO DE SERVIÇO especificará o tipo de IP (Internet Protocol) disponibilizado pela CONTRATADA ao CLIENTE, se fixo ou dinâmico, IPv4 ou IPv6. Na omissão do PLANO DE SERVIÇO, será considerado que o IP será IPv6 e dinâmico (variável).

5.5. O CLIENTE tem conhecimento que o IP disponibilizado pela CONTRATADA poderá ser utilizado, simultaneamente, por outros clientes da CONTRATADA, através do emprego da tecnologia NAT (Network Address Translation).

5.6. A prestação de serviços ora contratados é de natureza individual e intransferível, não sendo permitida ao CLIENTE a cessão ou venda total ou parcial desses serviços a terceiros, a qualquer título que seja, salvo em caso de prévia e expressa autorização da CONTRATADA.

5.7. O CLIENTE receberá da CONTRATADA, após a ativação dos serviços objeto do presente Contrato, a identificação e senha necessária

à conexão de rede que dará acesso à internet, não podendo em hipótese alguma ser a identificação/senha transferida a terceiros e/ou explorada para quaisquer fins comerciais ou econômicos.

5.8. O CLIENTE assume integral responsabilidade por si e por terceiros na utilização de sua identificação e respectiva senha, obrigando-se a honrar os compromissos financeiros e legais daí resultantes. Não serão permitidas conexões simultâneas utilizando o mesmo código do CLIENTE e a mesma senha privativa, salvo se o PLANO DE SERVIÇO contratado o permitir expressamente, o que será ressalvado no próprio TERMO DE CONTRATAÇÃO.

6.DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA

6.1. São Deveres da CONTRATADA, dentre outros previstos neste Contrato, em Lei ou nos regulamentos aplicáveis:

6.2. Nos termos do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações (Resolução n.º 73/1998), ser a responsável pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) perante a ANATEL e demais entidades correlatas, bem como pelos licenciamentos e registros que se fizerem necessários, independentemente da propriedade ou posse dos equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, que deverão estar em conformidade com as determinações normativas aplicáveis;

6.3. Prestar os Serviços de Comunicação Multimídia segundo os parâmetros de qualidade previstos no Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, anexo à Resolução ANATEL n.º 614/2013, quais sejam: (i) fornecimento de sinais respeitando as características estabelecidas na regulamentação; (ii) disponibilidade do serviço nos índices contratados; (iii) emissão de sinais eletromagnéticos nos níveis estabelecidos em regulamentação; (iv) divulgação de informações aos seus assinantes, de forma inequívoca, ampla e com antecedência razoável, quanto a alterações de preços e condições de fruição do serviço; (v) rapidez no atendimento às solicitações e reclamações dos assinantes; (vi) número de reclamações contra a CONTRATADA; (vii) fornecimento das informações necessárias à obtenção dos indicadores de qualidade do serviço, de planta, bem como os econômico financeiros, de forma a possibilitar a avaliação da qualidade na prestação do serviço.

6.4. Manter em pleno e adequado funcionamento o Centro de Atendimento ao Cliente, conforme regras impostas pela ANATEL à CONTRATADA em decorrência da sua classificação como Prestadora de Pequeno Porte (PPP), atendendo e respondendo às reclamações e solicitações do CLIENTE, de acordo com os prazos previstos neste Contrato.

6.5. Cumprir as obrigações lhe outorgadas legalmente pelo Artigo 47 e incisos do Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, anexo à Resolução ANATEL n.º 614/2013, quais sejam: (i) prestar serviço adequado na forma prevista na regulamentação; (ii) apresentar à Anatel, na forma e periodicidade estabelecidas na regulamentação e sempre que regularmente intimada, por meio de sistema interativo disponibilizado pela Agência, todos os dados e informações que lhe sejam solicitados referentes ao serviço, inclusive informações técnico-operacionais e econômico-financeiras, em particular as relativas ao número de Assinantes, à área de cobertura e aos valores aferidos pela CONTRATADA em relação aos parâmetros e indicadores de qualidade; (iii) cumprir e fazer cumprir o regulamento anexo à Resolução ANATEL n.º 614/2013 e as demais normas editadas pela Anatel; (iv) utilizar somente equipamentos cuja certificação seja expedida ou aceita pela Anatel; (v) permitir, aos agentes de fiscalização da Anatel, livre acesso, em qualquer época, às obras, às instalações, aos equipamentos e documentos relacionados à prestação do SCM, inclusive registros contábeis, mantido o sigilo estabelecido em lei; (vi) entregar ao Assinante cópia do Contrato de Prestação do SCM e do Plano de Serviço contratado; (vii) observadas as condições técnicas e capacidades disponíveis na rede, não recusar o atendimento a pessoas cujas dependências estejam localizadas na Área de Prestação do Serviço, nem impor condições discriminatórias, salvo nos casos em que a pessoa se encontrar em área geográfica ainda não atendida pela rede, conforme cronograma de implantação constante do termo de autorização; (viii) tornar disponíveis ao CLIENTE informações sobre características e especificações técnicas dos terminais, necessárias à conexão dos mesmos à sua rede, sendo vedada a recusa à conexão de equipamentos sem fundamento técnico comprovada; (ix) prestar esclarecimentos ao CLIENTE, de pronto e livre de ônus, face a suas reclamações relativas à fruição dos serviços; (x) observar os parâmetros de qualidade estabelecidos na regulamentação e no contrato celebrado com o CLIENTE, pertinentes à prestação do serviço e à operação da rede; (xi) observar as leis e normas técnicas relativas à construção e utilização de infraestruturas; (xii) manter atualizados, junto à Anatel, os dados cadastrais de endereço, identificação dos diretores e responsáveis e composição acionária quando for o caso; e (xiii) manter as condições subjetivas, aferidas pela Anatel, durante todo o período de exploração do serviço;

6.6. Solucionar as reclamações do CLIENTE sobre problemas e falhas nos serviços prestados, bem como fornecer esclarecimento a reclamações e dúvidas do CLIENTE.

6.7. Respeitar e se submeter fielmente às cláusulas e condições pactuadas neste Contrato.

6.8. A CONTRATADA não pode impedir, por contrato ou por qualquer outro meio, que o assinante seja servido por outras redes ou serviços de telecomunicações.

6.9. Nos termos do Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução ANATEL 614/2013, bem como de acordo com a Lei n.º 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), a CONTRATADA deverá manter os dados cadastrais e os Registros de Conexão de seus Assinantes pelo prazo mínimo de 01 (um) ano.

6.10. A CONTRATADA observará o dever de zelar estritamente pelo sigilo inerente aos serviços de telecomunicações e pela confidencialidade quanto aos dados cadastrais e informações do CLIENTE, sobretudo no que se refere aos registros de conexão armazenados, empregando para tanto todos os meios e tecnologias necessárias para assegurar o direito do CLIENTE.

6.11. A CONTRATADA apenas tornará disponíveis os dados cadastrais e os registros de conexão, incorrendo em suspensão de sigilo de telecomunicações, quando solicitado formalmente pela autoridade judiciária ou outra legalmente investida desses poderes, e quando determinada a apresentação de informações relativas ao CLIENTE.

6.12. Na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados aos serviços de comunicação multimídia, a CONTRATADA se obriga a considerar ofertas de fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.

6.13. Na contratação em questão, aplicam-se os procedimentos do Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução ANATEL n.º 155/1999, com as alterações introduzidas pela Resolução ANATEL n.º 421/2005.

6.14. No desenvolvimento das atividades de telecomunicações, a CONTRATADA observará os instrumentos normativos estabelecidos pelos órgãos competentes com vista à segurança e proteção ao meio ambiente.

6.15. É permitido à CONTRATADA realizar a oferta ao CLIENTE dos serviços de comunicação multimídia conjuntamente com outros serviços de telecomunicações. A prestação de serviços de telecomunicações de forma conjunta poderá ser feita diretamente pela CONTRATADA ou em parceria com outras empresas de telecomunicações. Cada serviço de telecomunicações contratado pelo CLIENTE será regulado através de um instrumento contratual específico, autônomo, correspondente a cada modalidade contratada, podendo, todavia, diversos serviços serem contratados conjuntamente através da assinatura ou aceite eletrônico de um único TERMO DE CONTRATAÇÃO.

6.16. Quando realização a contratação conjunta de serviços de telecomunicações, independente do formato contratual, a CONTRATADA deverá utilizar a mesma data de reajuste para todos os serviços disponibilizados ao CLIENTE.

6.17. O CLIENTE reconhece como Direitos da CONTRATADA, além de outros previstos na Lei n.º 9.472/97, na regulamentação pertinente e no Termo de Autorização para a prestação do serviço de comunicação multimídia: (i) empregar equipamentos e infraestrutura que não lhe pertençam; (ii) contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço.

6.18. A CONTRATADA, em qualquer caso, continuará responsável perante a ANATEL e o CLIENTE pela prestação e execução do serviço contratado.

6.19. Para constituição da sua rede de telecomunicações e para viabilizar a prestação dos serviços objetos deste Contrato, a CONTRATADA poderá contratar a utilização de recursos integrantes da rede de outra prestadora dos serviços de comunicação multimídia ou de outra prestadora de qualquer outro serviço de telecomunicações de interesse coletivo.

6.20. O CLIENTE reconhece que a CONTRATADA, por ser considerada uma Prestadora de Pequeno Porte (PPP), é dispensada do cumprimento das metas de qualidade previstas no Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM), anexo à Resolução ANATEL 574/2011, conforme Artigo 1.º, Parágrafo Terceiro, deste Regulamento.

7. DOS DIREITOS E DEVERES DO CLIENTE

7.1. São Deveres do CLIENTE, dentre outros previstos neste Contrato, em Lei ou nos regulamentos aplicáveis:

7.2. Efetuar os pagamentos devidos em razão dos serviços decorrentes deste contrato, de acordo com os valores, periodicidade, forma, condições e vencimentos indicados no TERMO DE CONTRATAÇÃO, parte integrante e essencial à celebração do presente instrumento;

7.3. Utilizar adequadamente os serviços, redes e equipamentos relativos ao serviço ora contratado, comunicando à CONTRATADA qualquer eventual anormalidade observada, devendo registrar sempre o número do chamado para suporte a eventual futura reclamação referente ao problema comunicado;

7.4. Fornecer todas as informações necessárias à prestação dos serviços objetos deste contrato, e outras que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

7.5. Providenciar local adequado e infraestrutura necessária à correta instalação e funcionamento dos serviços, garantindo a CONTRATADA amplo acesso às suas dependências, a qualquer tempo, independentemente de aviso prévio, ou qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial.

7.6. A título de infraestrutura adequada a ser disponibilizada pelo CLIENTE, compreende-se, mas não se limita a: computadores, estações de trabalho, rede elétrica compatível e aterrada, local protegido do calor e umidade, dentre outros equipamentos/materiais de informática e rede interna.

7.7. É de exclusiva responsabilidade do CLIENTE a instalação, manutenção, proteção e aterramento elétrico de toda sua rede interna, bem como dos equipamentos terminais de sua propriedade.

7.8. Zelar pela segurança e integridade dos equipamentos da CONTRATADA ou de terceiros sob sua responsabilidade, instalados em suas dependências em razão da prestação dos serviços, respondendo por eventuais danos, avarias, perda, furto, roubo ou extravio sofridos pelos mesmos, considerando serem tais equipamentos insuscetíveis de penhora, arresto e outras medidas de execução e ressarcimento de exigibilidade de terceiros perante o CLIENTE.

7.9. Cumprir as obrigações lhe outorgadas legalmente pelo Artigo 4º e incisos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), anexo à Resolução ANATEL 632/2014, quais sejam: (i) utilizar adequadamente os serviços, equipamentos e redes de telecomunicações; (ii) respeitar os bens públicos e aqueles voltados à utilização do público em geral; (iii) comunicar às autoridades competentes irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos por Prestadora de serviço telecomunicações; (iv) cumprir as obrigações fixadas no contrato de prestação do serviço em especial efetuar pontualmente o pagamento referente à sua prestação, observadas as disposições regulamentares; (v) somente conectar à rede da Prestadora terminais que possuam certificação expedida ou aceita pela ANATEL, mantendo-os dentro das especificações técnicas segundo as quais foram certificadas; (vi) indenizar a Prestadora por todo e qualquer dano ou prejuízo a que der causa, por infringência de disposição legal, regulamentar ou contratual, independentemente de qualquer outra sanção; e (vii) comunicar imediatamente à sua Prestadora: a) o roubo, furto ou extravio de dispositivos de acesso; b) a transferência de titularidade do dispositivo de acesso; e e) qualquer alteração das informações cadastrais.

7.10. Permitir às pessoas designadas pela CONTRATADA o acesso às dependências onde estão instalados os equipamentos disponibilizados e necessários à prestação dos serviços e, caso haja utilização de equipamento(s) que não esteja(m) devidamente certificado(s) e homologado(s), permitir a retirada deste(s) equipamento(s) por parte dos funcionários da CONTRATADA.

7.11. Manter as características dos equipamentos a serem utilizados, não realizando qualquer modificação que acometa a desconfiguração e a funcionalidade para a qual foi homologado, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento e sujeição do CLIENTE às penalidades previstas em Lei e neste Contrato.

7.12. Disponibilizar e realizar manutenção em seus computadores e estações de trabalho, protegendo-os contra vírus ou qualquer arquivo malicioso que possa prejudicar a rede. Qualquer contribuição nesse sentido efetuada pela CONTRATADA não lhe imputará responsabilidade por essa proteção.

7.13. Respeitar e se submeter fielmente às cláusulas e condições pactuadas no presente instrumento.

7.14. Nos termos do Artigo 3º e incisos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), anexo à Resolução ANATEL 632/2014, o CLIENTE tem direito, sem prejuízo do disposto na legislação e demais regulamentos aplicáveis: (i) ao acesso e fruição dos serviços dentro dos padrões de qualidade e regularidade previstos na regulamentação, e conforme as condições ofertadas e contratadas; (ii) à liberdade de escolha da Prestadora e do Plano de Serviço; (iii) ao tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço, desde que presentes as condições técnicas necessárias, observado o disposto na regulamentação vigente; (iv) ao prévio conhecimento e à informação adequada sobre as condições de contratação, prestação, meios de contato e suporte, formas de pagamento, permanência mínima, suspensão e alteração das condições de prestação dos serviços, especialmente os preços cobrados, bem como a periodicidade e o índice aplicável, em caso de reajuste; (v) à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações e as atividades de intermediação da comunicação das pessoas com deficiência, nos termos da regulamentação; (vi) à não suspensão do serviço sem sua solicitação, ressalvada a hipótese do Capítulo VI do Título V (por falta de pagamento) ou por descumprimento de deveres constantes do art. 4º da LGT, sempre após notificação prévia pela Prestadora; (vii) à privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela Prestadora; (viii) à apresentação da cobrança pelos serviços prestados em formato adequado, respeitada a antecedência mínima prevista no art. 76 (5 dias antes do vencimento); (ix) à resposta eficiente e tempestiva, pela Prestadora, às suas reclamações, solicitações de serviços e pedidos de informação; (x) ao encaminhamento de reclamações ou representações contra a Prestadora, junto à ANATEL ou aos organismos de defesa do consumidor; (xi) à reparação pelos danos causados pela violação dos seus direitos; (xii) a ter estabelecida a integridade dos direitos relativos à prestação dos serviços, a partir da quitação do débito, ou de acordo celebrado com a Prestadora; (xiii) a não ser obrigado ou induzido a adquirir serviços, bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter a qualquer condição, salvo diante de questão de ordem técnica, para recebimento do serviço, nos termos da regulamentação; (xiv) a obter, mediante solicitação, a suspensão temporária do serviço prestado, nos termos das regulamentações específicas de cada serviço; (xv) à rescisão do contrato de prestação do serviço, a qualquer tempo e sem ônus, sem prejuízo das condições aplicáveis às contratações com prazo de permanência; (xvi) de receber o contrato de prestação de serviço, bem como o Plano de Serviço contratado, sem qualquer ônus e independentemente de solicitação; (xvii) à transferência de titularidade de seu contrato de prestação de serviço, mediante cumprimento, pelo novo titular, dos requisitos necessários para a contratação inicial do serviço; (xviii) ao não recebimento de mensagem de cunho publicitário em sua estação móvel, salvo consentimento prévio, livre e expresso; (xix) a não ser cobrado pela assinatura ou qualquer outro valor referente ao serviço durante a sua suspensão total; (xx) a não ter cobrado qualquer valor alheio à prestação do serviço de telecomunicações sem autorização prévia e expressa.

7.15. E nos termos do Artigo 56 e incisos do Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, anexo à Resolução ANATEL n.º 614/2013, o CLIENTE tem direito, sem prejuízo do disposto na legislação e demais regulamentos aplicáveis: (i) à substituição do seu código de acesso, se for o caso, nos termos da regulamentação; (ii) a ter bloqueado, temporária ou permanentemente, parcial ou totalmente, o acesso a comodidades ou utilidades solicitadas; (iii) à continuidade do serviço pelo prazo contratual.

7.16. O CLIENTE deverá comunicar imediatamente à CONTRATADA, através de seus Serviços de Atendimento ao Cliente, qualquer problema que identificar nos serviços objetos deste contrato, registrando sempre o número do chamado para suporte a eventual futura reclamação referente ao problema comunicado.

7.17. Considerando as políticas de uso aceitável da internet, são obrigações do CLIENTE:

7.17.1. Respeitar as leis de natureza civil ou criminal aplicáveis ao serviço, inclusive, mas não se limitando, as leis de segurança, confidencialidade e propriedade intelectual.

7.17.2. Respeitar a privacidade e intimidade de outros clientes e/ou terceiros, não buscando, dentre outras, acesso a senhas e dados privativos, bem como não modificando arquivos ou assumindo, sem autorização, a identidade de outro cliente;

7.17.3. Não prejudicar, intencionalmente, usuários da Internet através de desenvolvimento de programas, vírus, acesso não autorizado a computadores, alterações de arquivos, programas e dados residentes na rede e utilização de "cookies", em desacordo com as leis e/ou com as melhores práticas de mercado;

7.17.4. Não divulgar propagandas ou anunciar produtos e serviços através de correio eletrônico ("mala direta", ou "spam"), salvo mediante prévia solicitação dos destinatários quanto a este tipo de atividade.

7.17.5. Não acessar conteúdos impróprios ou ilícitos, ou então, não utilizar a internet para fins impróprios ou ilícitos, segundo a legislação vigente.

7.17.6. Em cumprimento à exigência prevista no Artigo 3º, inciso XVIII, do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), anexo à Resolução ANATEL 632/2014, o CLIENTE, neste ato, de maneira prévia, livre e expressa, atesta sua plena concordância quanto ao recebimento de mensagem de cunho publicitário em sua estação móvel, nada tendo a reclamar, seja a que título for.

8. DA FRANQUIA DE CONSUMO

8.1. No PLANO DE SERVIÇO ofertado ao CLIENTE poderá haver a previsão de Franquia de Consumo, que constitui uma limitação de transferência (tráfego) em bytes dentro de um determinado período. Uma vez esgotada a Franquia de Consumo, o CLIENTE ficará sujeito à redução de velocidade ou a uma cobrança proporcional ao consumo adicional incorrido, o que será antecipadamente previsto no PLANO DE SERVIÇO.

8.2. A Franquia de Consumo é contabilizada mensalmente pelo sistema da CONTRATADA, começando no dia 1º até o final de cada mês, ou de acordo com outro período previsto no TERMO DE CONTRATAÇÃO.

8.3. Quando ocorrer a extrapolação da Franquia de Consumo, e tendo o CLIENTE optado no PLANO DE SERVIÇO pela redução da

velocidade contratada, esta redução ocorrerá automaticamente. Neste caso, poderá o CLIENTE, alternativamente, optar pela continuidade da sua velocidade inicial (com a consequente cobrança proporcional ao consumo adicional incorrido), devendo, para tal, entrar em contato com a CONTRATADA através de sua Central de Atendimento Telefônico.

8.4. Quando ocorrer a extrapolação da Franquia de Consumo, e tendo o CLIENTE optado no PLANO DE SERVIÇO pela cobrança proporcional ao consumo adicional incorrido, esta cobrança adicional ocorrerá automaticamente. Neste caso, poderá o CLIENTE, alternativamente, optar pela redução da velocidade contratada, devendo, para tal, entrar em contato com a CONTRATADA através de sua Central de Atendimento Telefônico.

8.5. Nos termos do Artigo 80, parágrafo único, do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), anexo à Resolução ANATEL 632/2014, a CONTRATADA não está obrigada a informar ao CLIENTE, quando ocorrer, que o seu consumo está próximo a atingir a franquia contratada.

9. DO PLANO DE SERVIÇO

9.1. Cada Plano será diferenciado pelos seguintes parâmetros: (i) velocidade utilizada; (ii) volume de tráfego de dados máximo permitido; (iii) horário de utilização; (iv) tempo de utilização; (v) finalidade da utilização; (vi) existência de franquia de consumo; (vii) disponibilização de endereço IP (Internet Protocol) fixo ou dinâmico; (viii) valores a pagar; (ix) SLA Contratado; (x) quaisquer outros fatores ou parâmetros que venham a ser fixados a critério da CONTRATADA.

9.2. CONTRATADA se reserva o direito de criar, modificar e/ou excluir Planos de Serviço a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, sem prejuízo dos direitos garantidos ao CLIENTE pelas normas regulatórias e pela legislação aplicável às relações de consumo. Enquanto perdurar a relação contratual assumida pelo CLIENTE, o PLANO DE SERVIÇO aderido permanecerá válido e vigente em relação ao CLIENTE respectivo.

9.3. Caso o CLIENTE tenha interesse em alterar o seu PLANO DE SERVIÇO no decorrer da vigência contratual, será formalizado outro TERMO DE CONTRATAÇÃO entre as partes, presencial ou eletrônico, com a especificação do novo PLANO DE SERVIÇO aderido pelo CLIENTE. Não serão permitidas alterações no PLANO DE SERVIÇO solicitadas por clientes que não estejam em dia com suas obrigações.

9.4. Em caso de alteração do PLANO DE SERVIÇO que resultar na redução dos valores pagos à CONTRATADA, fica o CLIENTE sujeito à multa prevista no Contrato de Permanência, caso assinado (ou renovado) pelo CLIENTE, de acordo com a data em que fora solicitada a redução, bem como proporcionalmente à redução verificada.

9.5. O Plano de Serviço disponibilizado ao CLIENTE, nos termos do Artigo 63 do Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, anexo à Resolução ANATEL nº 614/2013, obrigatoriamente, deverá conter: (i) velocidade máxima, tanto de download quanto de upload, disponível no endereço contratado, para os fluxos de comunicação originado e terminado no terminal do CLIENTE, respeitados os critérios estabelecidos em regulamentação específica; (ii) valor da mensalidade de cada serviço; (iii) critérios de cobrança; e (iv) franquia de consumo de tráfego, quando aplicável;

9.6. Além de conter obrigatoriamente os dados previstos no Artigo 63 do Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, anexo à Resolução ANATEL nº 614/2013, o PLANO DE SERVIÇO também disporá sobre: (i) a disponibilização de endereço IP (Internet Protocol) fixo ou variável; (ii) a contratação conjunta ou não de outros serviços de telecomunicações; (iii) valor do consumo excedente, em caso de contratação sob franquia de consumo; (iv) limites e garantia de banda; (v) dentre outras especificações dos serviços contratados pelo CLIENTE;

9.7. O SLA (Service Level Agreement) ou Acordo de Nível de Serviço, apresenta as metas de nível de serviço, prazos de contratos e suporte técnico, será classificado nos seguintes níveis de atendimento.

9.7.1. SLA Básico, disponibilidade de 95% - Atendimentos poderão ocorrer em prazo de até 36 horas, a partir da abertura do chamado.

9.7.2. SLA Intermediário, disponibilidade de 98% - Atendimentos poderão ocorrer em prazo de até 14 horas, a partir da abertura do chamado.

9.7.3. SLA Avançado, disponibilidade de 99% - Atendimentos poderão ocorrer em prazo de até 8 horas, a partir da abertura do chamado.

9.7.4. SLA Dedicado, disponibilidade de 99,5% - Atendimentos poderão ocorrer em prazo de até 4 horas, a partir da abertura do chamado.

9.8. O PLANO DE SERVIÇO será disponibilizado previamente ao CLIENTE, e constará no TERMO DE CONTRATAÇÃO, parte integrante e que aperfeiçoa este instrumento.

9.9. Os Planos de Serviços ofertados pela CONTRATADA estarão disponíveis no seu endereço eletrônico: www.blue3.com.br.

9.10. A CONTRATADA, por enquadrar-se no conceito de Prestadora de Pequeno Porte (PPP), encontra-se isenta de disponibilizar na sua página mecanismos de comparação entre os planos de serviços.

10. CONTRATO DE PERMANÊNCIA

10.1. A CONTRATADA, a seu exclusivo critério, poderá ofertar ao CLIENTE determinados benefícios quando da contratação dos serviços, tendo como contrapartida do CLIENTE a permanência contratual de acordo com o prazo previsto no Contrato de Permanência, parte integrante do presente instrumento.

10.2. Caso seja do interesse do CLIENTE se valer de determinados benefícios ofertados pela CONTRATADA, a critério exclusivo da CONTRATADA, o CLIENTE deverá pactuar com a CONTRATADA, separadamente, um Contrato de Permanência, documento em que serão identificados os benefícios concedidos ao CLIENTE e, em contrapartida, o prazo de permanência contratual que o mesmo deverá observar, bem como as penalidades aplicáveis ao CLIENTE em caso de rescisão contratual antecipada.

10.3. O CLIENTE declara e reconhece ser facultado ao mesmo optar, antes da contratação ou renovação, pela celebração de um contrato

com a CONTRATADA sem a percepção de qualquer benefício, hipótese em que não há permanência contratual.

10.4. Os benefícios concedidos pela CONTRATADA poderão corresponder a descontos nas mensalidades dos serviços de conexão à internet, nas mensalidades dos serviços de comunicação multimídia, descontos ou isenção nas mensalidades da locação dos equipamentos utilizados nos serviços, descontos ou isenção dos valores correspondentes à instalação ou ativação dos serviços, dentre outros, a exclusivo critério da CONTRATADA.

10.5. O Contrato de Permanência explicitará os valores correspondentes à multa por rescisão contratual antecipada, proporcional ao tempo restante para o término do vínculo contratual assumido pelo CLIENTE.

10.6. Em caso de renovação do presente instrumento, e optando as partes pela manutenção dos benefícios antes concedidos ao CLIENTE, fica automaticamente renovado os efeitos do Contrato de Permanência e, por conseguinte, fica automaticamente renovada a permanência contratual do CLIENTE, conforme prazo estipulado no TERMO DE CONTRATAÇÃO.

10.7. O CLIENTE reconhece que a suspensão dos serviços a pedido do próprio CLIENTE, ou por inadimplência ou infração contratual do CLIENTE, conforme previsto na Cláusula Décima do presente instrumento, acarreta automaticamente na suspensão da vigência do presente instrumento e do Contrato de Permanência por período idêntico, de modo que o período de suspensão não é computado para efeitos de abatimento do prazo de permanência contratual.

11. DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

11.1. O CLIENTE adimplente pode requerer a suspensão, sem ônus, da prestação dos serviços objetos deste Contrato, uma única vez, a cada período de 12 (doze) meses, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 120 (cento e vinte) dias, mantendo a possibilidade de restabelecimento, sem ônus, da prestação dos serviços contratados no mesmo endereço.

11.2. Em hipótese alguma haverá a concessão do pedido de suspensão dos serviços em face de CLIENTE inadimplente, ou que não esteja em dia com quaisquer de suas obrigações. Para o acatamento do pedido de suspensão dos serviços, o CLIENTE inadimplente terá que regularizar o pagamento de todas as pendências financeiras existentes, bem como regularizar todas suas obrigações contratuais.

11.3. O prazo de suspensão dos serviços objetos deste Contrato, não utilizado pelo CLIENTE, não será cumulativo de um ano para outro. Ou seja, é direito do CLIENTE requerer no máximo, por uma única vez, dentro do período de 12 (doze) meses, a suspensão dos serviços, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 120 (cento e vinte) dias.

11.4. O prazo para atendimento do requerimento de suspensão ou restabelecimento do serviço é de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação do CLIENTE, devendo o CLIENTE, em qualquer hipótese, estar plenamente em dia com suas obrigações contratuais.

11.5. Findo o prazo de suspensão formalmente requerido pelo CLIENTE, automaticamente, os serviços objetos deste Contrato serão reativados, não havendo necessidade de comunicação pela CONTRATADA ao CLIENTE, sendo também reativadas automaticamente as cobranças inerentes à prestação dos serviços, nos termos contratados.

11.6. O CLIENTE poderá requerer o restabelecimento dos serviços objetos deste Contrato antes do término do prazo de suspensão inicialmente solicitado. Não será feita qualquer cobrança pela CONTRATADA quando o CLIENTE requerer o restabelecimento dos serviços em prazo inferior ao previsto inicialmente.

11.7. A CONTRATADA poderá suspender parcialmente os serviços objetos deste Contrato, em caso de Inadimplência ou infração contratual do CLIENTE, desde que notifique o CLIENTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias acerca da suspensão dos serviços, devendo esta notificação conter os seguintes elementos:

11.7.1. Os motivos da suspensão;

11.7.2. As regras e prazos de suspensão parcial, total e rescisão do contrato;

11.7.3. O valor do débito na forma de pagamento pós-paga e o mês de referência; e

11.7.4. A possibilidade do registro do débito em sistemas de proteção ao crédito, após a rescisão do contrato.

11.8. Para os fins do presente contrato, a suspensão parcial caracteriza-se pela redução da velocidade contratada.

11.9. Somente depois de regularizados os pagamentos pendentes (incluídos a multa, atualização monetária e juros de mora), e/ou regularizada qualquer outra infração contratual, é que os serviços objetos deste Contrato serão restabelecidos pela CONTRATADA. O restabelecimento dos serviços ocorrerá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da quitação dos débitos pendentes (incluídos a multa, atualização monetária e juros de mora) e/ou da regularização da infração contratual.

11.10. O período de suspensão motivado por descumprimento contratual ou por inadimplência do CLIENTE, não ensejará qualquer espécie de compensação, reparação ou indenização ao CLIENTE, o que este concorda e reconhece.

11.11. Transcorridos 30 (trinta) dias do início da suspensão parcial, e permanecendo o CLIENTE em situação de inadimplência ou infração contratual, poderá a CONTRATADA, a seu exclusivo critério, optar pela suspensão total dos serviços objetos deste Contrato, independentemente de qualquer notificação ou comunicação prévia ou posterior ao CLIENTE.

11.12. Transcorridos 30 (trinta) dias da suspensão total, e permanecendo o CLIENTE em situação de Inadimplência ou infração contratual, poderá a CONTRATADA, a seu exclusivo critério, optar pela rescisão de pleno direito do presente instrumento, independentemente de qualquer notificação ou comunicação ao CLIENTE, hipótese em que o CLIENTE ficará sujeito às penalidades previstas em Lei e no presente instrumento, podendo a CONTRATADA valer-se de todas medidas judiciais e/ou extrajudiciais e, inclusive, utilizar-se de medidas de restrição ao crédito e/ou protesto de títulos.

11.13. Uma vez rescindido o presente instrumento, a CONTRATADA deverá encaminhar ao CLIENTE, no prazo máximo de 7 (sete) dias, comprovante escrito da rescisão, informando da possibilidade do registro do débito em sistemas de proteção ao crédito, por mensagem eletrônica ou correspondência, no último endereço do CLIENTE constante de sua base cadastral.

12. DO ATENDIMENTO AO CLIENTE

12.1. A CONTRATADA disponibilizará ao CLIENTE um centro de atendimento telefônico gratuito, mediante chamada de terminal fixo ou móvel, no período compreendido entre às 00 (zero) e 23:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), de segunda a domingo, de forma a possibilitar eventuais reclamações, pedidos de informações e solicitações relativas aos serviços contratados.

12.1.1. Centro de Atendimento Telefônico poderá ser acessado pelo CLIENTE através dos números: (51) 3026.4400 ou 0800 700 0101.

12.1.2. O atendimento através de outros meios eletrônicos, como redes sociais, outras ferramentas de comunicação utilizadas pela CONTRATADA e e-mail, no período compreendido entre as 09 (nove) e 17 (dezesete) horas, exclusivamente nos dias úteis.

12.1.3. O portal do cliente poderá ser acessado através do endereço cliente.blue3.com.br.

12.2. Todas as interações entre o CLIENTE e o Centro de Atendimento da CONTRATADA serão gravadas e mantidas até o prazo de 90 (noventa dias), durante o qual o CLIENTE poderá requerer a cópia do conteúdo das gravações.

12.2.1. A disponibilização das cópias das gravações telefônicas ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da solicitação do CLIENTE, e a disponibilização da cópia de cada gravação poderá ser fracionada em mais de um arquivo eletrônico.

12.2.2. As interações porventura feitas entre Técnicos e representantes da CONTRATADA em campo, ou através de telefonia móvel, com CLIENTE não serão gravadas, não estando a CONTRATADA compelida a gravar este tipo de interação.

12.2.3. Poderão ser desconsideradas para fins de registro e armazenamento, conversas troca de mensagens realizadas com técnicos ou representantes da CONTRATADA realizadas através de aplicativos e outras ferramentas de comunicação. Somente serão consideradas as interações realizadas através dos meios oficiais divulgados pela CONTRATADA.

12.2.4. Em caso de descontinuidade da chamada feita pelo CLIENTE ao centro de atendimento telefônico, a CONTRATADA deverá retornar a ligação ao CLIENTE, salvo nos casos de falta de educação ou comportamento ofensivo do CLIENTE, situações de trote ou engano, e chamadas originadas por código de acesso com restrição de identificação.

12.3. O CLIENTE poderá obter no endereço eletrônico www.blue3.com.br todas as informações relativas à CONTRATADA, tais como o endereço, telefones de atendimento, horários e dias de atendimento ou funcionamento. E mais, diante do referido endereço eletrônico, o CLIENTE poderá obter todas as informações referentes aos Planos de Serviços ofertados pela CONTRATADA.

12.4. As solicitações de reparo, reclamações, rescisão, solicitações de serviços e pedidos de informações deverão ser efetuadas pelo CLIENTE perante a CONTRATADA através da Central de Atendimento Telefônico disponibilizada pela CONTRATADA. Sendo que, para cada atendimento do CLIENTE, será gerado e disponibilizado ao CLIENTE um número sequencial de protocolo.

12.5. No atendimento do CLIENTE, a CONTRATADA se compromete a observar os seguintes prazos, de acordo com o tipo de solicitação efetuada pelo CLIENTE, a saber:

12.5.1. Em se tratando da instalação dos serviços, a CONTRATADA se compromete a observar o prazo de instalação previsto no TERMO DE CONTRATAÇÃO, ressalvadas as exceções e limitações de responsabilidade previstas em Lei e neste instrumento;

12.5.2. Em se tratando de solicitação de rescisão contratual pelo CLIENTE, que se dará necessariamente com intervenção de atendente, a CONTRATADA se compromete a dar efeitos imediatos à solicitação de rescisão. Sendo que, neste caso, tratando-se de CLIENTE sujeito a permanência contratual devido à assinatura (ou renovação) do Contrato de Permanência, fica o CLIENTE sujeito automaticamente às penalidades previstas no Contrato de Permanência, o que o CLIENTE declara reconhecer e concordar.

12.5.3. Em se tratando de solicitação de histórico de demandas, que devem ser armazenados pela CONTRATADA pelo prazo mínimo de 03 (três) anos após o encaminhamento final da demanda, estas devem ser apresentadas ao CLIENTE no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da respectiva solicitação.

12.5.4. Em se tratando de solicitação de reparo dos serviços, a CONTRATADA se compromete a regularizá-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do seu respectivo recebimento, ressalvadas também as exceções e limitações de responsabilidade previstas em Lei e neste instrumento;

12.5.5. Em se tratando de reclamações e pedidos de informações do CLIENTE, a CONTRATADA se compromete a solucioná-las no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do seu respectivo recebimento, ressalvadas também as exceções e limitações de responsabilidade previstas em Lei e neste instrumento;

12.5.6. Outras solicitações de serviços apresentadas pelo CLIENTE à CONTRATADA, não especificadas nos itens 11.5.1 a 11.5.5 acima, serão atendidas pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas também as exceções e limitações de responsabilidade previstas em Lei e neste instrumento.

12.6. Os prazos estipulados nos itens acima poderão sofrer alterações, nas seguintes hipóteses:

12.6.1. Caso o CLIENTE não disponibilize local e/ou computadores/estações de trabalho adequadas para a instalação dos serviços;

12.6.2. Caso o CLIENTE não permita o acesso pela CONTRATADA ao local de instalação dos serviços;

12.6.3. Em caso de eventos fortuitos ou de força maior, como instabilidade climática, chuvas, descargas atmosféricas, greves, dentre outras hipóteses;

12.6.4. Em caso de atrasos decorrentes de culpabilidade de terceiros, como atrasos na entrega dos equipamentos necessários;

12.6.5. Outras hipóteses que não exista culpabilidade da CONTRATADA.

12.7. A CONTRATADA se compromete a providenciar os meios eletrônicos e sistemas necessários para o acesso da ANATEL, sem ônus e em tempo real, a todos os registros relacionados às reclamações, solicitações de serviços e pedidos de rescisão e de informação, na forma adequada à fiscalização da prestação do serviço.

12.8. A CONTRATADA, por enquadrar-se no conceito de Prestadora de Pequeno Porte (PPP), está isenta da disponibilização de setor de atendimento presencial.

12.9. A CONTRATADA, por enquadrar-se no conceito de Prestadora de Pequeno Porte (PPP), está desobrigada de criar mecanismos de atendimento via internet, devendo apenas constar na sua página na internet um mecanismo de contato disponível a todos os assinantes.

13. DA INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A CONTRATADA efetuará a instalação e ativará os serviços contratados para somente um equipamento no CLIENTE, não se responsabilizando por instalações internas de redes locais feitas pelo CLIENTE. Sendo implementada pelo CLIENTE uma rede Wi-Fi, ou caso o equipamento disponibilizado pela CONTRATADA permita conexões Wi-Fi, esta conexão deverá ser necessariamente criptografada, sendo de responsabilidade do CLIENTE a guarda da senha correspondente, sendo vedada, em qualquer hipótese, a cessão, disponibilização ou compartilhamento pelo CLIENTE da senha e/ou dos serviços objeto deste Contrato, por qualquer meio, a terceiros estranho à presente relação contratual.

13.2. Caso restar constatado, por qualquer meio, que o CLIENTE está realizando a cessão, disponibilização ou compartilhamento dos serviços em favor de terceiros, mesmo que de forma não onerosa, o CLIENTE ficará obrigado ao pagamento de uma mensalidade adicional para cada compartilhamento constatado, desde o período da constatação. Caso não seja possível constatar o número de compartilhamentos efetuados pelo CLIENTE, este deverá pagar à CONTRATADA, no mínimo, 01 (um) mensalidade adicional desde o período da constatação, além daquela já prevista no TERMO DE CONTRATAÇÃO. Em qualquer hipótese, fica ressalvada à CONTRATADA a rescisão de pleno direito deste Contrato, bem como fica o CLIENTE sujeito às penalidades previstas em Lei e neste instrumento, inclusive no tocante à sua denúncia à ANATEL devido a prática de crime em telecomunicações, nos termos do Artigo 183 da Lei 9.472/97.

13.3. É de responsabilidade exclusiva do CLIENTE as instalações internas de redes locais, ou rede Wi-fi, caso implementadas pelo CLIENTE, assim como quaisquer problemas, danos ou atos ilícitos cometidos através destas redes locais ou rede Wi-Fi.

13.4. Em caso de implementação pelo CLIENTE de instalações internas de redes locais, ou rede Wi-fi, fica o CLIENTE, necessariamente, obrigado a cadastrar, controlar e identificar os usuários que estejam utilizando simultaneamente os serviços objeto deste Contrato, de modo a permitir que a CONTRATADA cumpra, de fato, todas as exigências relacionadas à guarda dos registros de conexão prevista tanto no Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia (anexo à Resolução ANATEL 614/2013), quanto na Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

13.5. Em caso de solicitação pelo CLIENTE de alteração no endereço de instalação, esta alteração fica condicionada à disponibilidade e viabilidade técnica para a instalação e ativação dos serviços perante o novo local indicado. Havendo disponibilidade e viabilidade técnica, o CLIENTE fica responsável pelo pagamento da taxa prevista na cláusula 17.5 deste instrumento, relativa a alteração do endereço de instalação dos serviços.

13.6. Inexistindo disponibilidade ou viabilidade técnica, e optando o CLIENTE pela rescisão antecipada do contrato, fica o mesmo sujeito à multa prevista no Contrato de Permanência, caso assinado (ou renovado) pelo CLIENTE, de acordo com a data do pedido de rescisão contratual.

14. DA INTERRUPTÃO DOS SERVIÇOS

14.1. O CLIENTE reconhece que os serviços poderão ser interrompidos ou degradados, de maneira programada ou não, o que não constitui falha ao presente instrumento ou hipótese de rescisão contratual, cabendo ao CLIENTE única e exclusivamente descontos nos valores a pagar, conforme previsto neste Contrato.

14.2. Em virtude da interrupção ou degradação programada, o CLIENTE terá direito a descontos à razão de um trinta avos por dia ou fração superior a 04 (quatro) horas. Em caso de interrupção ou degradação programada, inferior a 04 (quatro) horas, o CLIENTE reconhece não ter direito a nenhum desconto, compensação, reparação ou indenização.

14.3. Em caso de interrupção ou degradação que ocasione reparo não programado, a CONTRATADA deverá descontar da mensalidade subsequente o valor proporcional ao número de horas ou fração superior a 30 (trinta) minutos. Em caso de interrupção ou degradação, inferior a 30 (trinta) minutos, o CLIENTE reconhece não ter direito a nenhum desconto, compensação, reparação ou indenização.

14.4. O desconto concedido pela CONTRATADA em virtude da interrupção ou degradação programada, ou em virtude da interrupção ou degradação não programada, será efetuado no documento de cobrança subsequente. Sendo que, em ambos os casos, a responsabilidade da CONTRATADA é limitada ao desconto, não sendo devido pela CONTRATADA nenhuma outra compensação, reparação ou indenização adicional.

14.5. A CONTRATADA não será obrigada a efetuar o desconto se a interrupção ou degradação do serviço, programada ou não, ocorrer por motivos de caso fortuito ou de força maior, ou por fatos atribuídos ao próprio CLIENTE, dentre outras hipóteses de limitação de responsabilidade da CONTRATADA.

15. PROCEDIMENTOS DE CONTESTAÇÃO DE DÉBITOS

15.1. A contestação de débito encaminhada pelo CLIENTE à CONTRATADA via notificação ou através da Central de Atendimento Telefônico, em relação a qualquer cobrança feita pela CONTRATADA, será objeto de apuração e verificação acerca da sua procedência.

15.2. O CLIENTE terá o prazo máximo de 06 (SEIS) meses da data da cobrança, para realizar a contestação de débito perante a CONTRATADA.

A partir do recebimento da contestação de débito feito pelo CLIENTE, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentar a resposta.

15.3. O débito contestado deverá ter sua cobrança suspensa, e sua nova inclusão fica condicionada à devida comprovação da prestação dos serviços objetos do questionamento, junto ao CLIENTE, ou da apresentação das razões pelas quais a contestação foi considerada improcedente pela CONTRATADA.

15.4. Sendo a contestação apenas parcial, ou seja, em relação apenas a uma parte da cobrança encaminhada pela CONTRATADA, fica o CLIENTE obrigado ao pagamento da quantia incontroversa, sob pena de incorrer nas penalidades decorrentes do atraso no pagamento previstas em Lei e neste Contrato.

15.5. A CONTRATADA cientificará o CLIENTE do resultado da contestação do débito.

15.6. Sendo a contestação julgada procedente, os valores contestados serão retificados, sendo encaminhado ao CLIENTE um novo documento de cobrança com os valores corrigidos, sem que seja feita a aplicação de qualquer encargo moratório (multa e juros) ou atualização monetária.

15.7. Caso o CLIENTE já tenha quitado o documento de cobrança contestado, e sendo a contestação julgada procedente, a CONTRATADA se compromete a conceder na fatura subsequente um crédito equivalente ao valor pago indevidamente.

15.8. Sendo a contestação julgada improcedente, os valores contestados não serão retificados e a conta original deverá ser paga pelo CLIENTE, acrescentando-se os encargos moratórios (multa e juros) e atualização monetária.

16. DA ANATEL

16.1. Nos termos do Regulamento anexo à Resolução ANATEL nº 614/2013, fica informado neste contrato que informações regulatórias e

legislativas norteadoras da prestação de serviço de comunicação multimídia objeto deste instrumento podem ser extraídas no site <http://www.anatel.gov.br>, ou na central de atendimento da ANATEL pelo n.º 1331, que funciona de segunda a sexta-feira, nos dias úteis, das 8h às 20h, ou ainda pessoalmente nos seguintes endereços:

Endereço: SAUS Quadra 06 Blocos C, E, F e H - CEP 70070-940 - Brasília/DF

Horário de atendimento: 9h às 12h e 14h às 17h

17. DOS EQUIPAMENTOS

17.1. A CONTRATADA poderá disponibilizar ao CLIENTE equipamentos para receber os serviços, tais como roteadores, a título de comodato ou locação, o que será ajustado pelas partes através do TERMO DE CONTRATAÇÃO, devendo o CLIENTE, em qualquer hipótese, manter e guardar os equipamentos em perfeito estado de uso e conservação, zelando pela integridade dos mesmos, como se seu fosse.

17.2. O CLIENTE é plenamente responsável pela guarda dos equipamentos cedidos mesmo a título de comodato ou locação, devendo, para tanto, providenciar aterramento e proteção elétrica e contra descargas atmosféricas no local onde os equipamentos estiverem instalados e, inclusive, retirar os equipamentos da corrente elétrica em caso de chuvas ou descargas atmosféricas, sob pena do CLIENTE pagar à CONTRATADA o valor de mercado do equipamento em caso de dano.

17.3. O CLIENTE se compromete a utilizar os equipamentos cedidos a título de comodato ou locação única e exclusivamente para os fins ora contratados, sendo vedada a cessão, a qualquer título, gratuita ou onerosa, dos equipamentos para terceiros estranhos à presente relação contratual; e ainda, sendo vedada qualquer alteração ou intervenção nos equipamentos, a qualquer título.

17.4. Os equipamentos cedidos a título de comodato ou locação deverão ser utilizados pela CONTRATADA única e exclusivamente no endereço de instalação constante no TERMO DE CONTRATAÇÃO, sendo vedado ao CLIENTE remover os equipamentos para local diverso, salvo em caso de prévia autorização por escrito da CONTRATADA.

17.5. O CLIENTE reconhece ser o único e exclusivo responsável pela guarda dos equipamentos cedidos a título de comodato ou locação. Portanto, o CLIENTE deve indenizar a CONTRATADA pelo valor de mercado dos equipamentos, em caso de furto, roubo, perda, extravio, avarias ou danos a qualquer dos equipamentos, bem como em caso de inércia ou negativa de devolução dos equipamentos.

17.6. Ao final do contrato, independentemente do motivo que ensejou sua rescisão ou término, fica o CLIENTE obrigado a restituir à CONTRATADA os equipamentos cedidos a título de comodato ou locação, em perfeito estado de uso e conservação, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas. Verificado que qualquer equipamento encontra-se avariado ou imprestável para uso, ou em caso de furto, roubo, perda, extravio ou danos a qualquer dos equipamentos, deverá o CLIENTE pagar à CONTRATADA o valor de mercado do equipamento, instalado conforme TERMO DE CONTRATAÇÃO.

17.7. Ocorrendo a retenção pelo CLIENTE dos equipamentos cedidos a título de comodato ou locação, pelo prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas do término ou rescisão do contrato, fica o CLIENTE obrigado ao pagamento do valor de mercado do equipamento. E ainda, ficará também obrigado ao pagamento da multa penal prevista na Cláusula 20.1 deste instrumento, sem prejuízo de indenização por danos suplementares.

17.8. Em qualquer das hipóteses previstas nos itens antecedentes, fica autorizado à CONTRATADA, independentemente de prévia notificação, a emissão de um boleto e/ou duplicata, bem como qualquer outro título de crédito, com vencimento imediato, visando à cobrança do valor de mercado do equipamento e das penalidades contratuais, quando aplicáveis. Não realizado o pagamento no prazo de vigência, fica a CONTRATADA autorizada a levar os títulos a protesto, bem como encaminhar o nome do CLIENTE aos órgãos de proteção ao crédito, mediante prévia notificação; sem prejuízo das demais medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

17.9. A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, diretamente ou através de representantes, devidamente identificados, funcionários seus ou não, proceder exames e vistorias nos equipamentos de sua propriedade que estão sob a posse do CLIENTE, independentemente de prévia notificação.

18. DO PREÇO E ENCARGOS MORATÓRIOS

18.1. Pelos serviços de conexão à internet, bem como pelos serviços de comunicação multimídia, o CLIENTE pagará à CONTRATADA os valores pactuados no TERMO DE CONTRATAÇÃO, onde se constarão também a periodicidade de cada pagamento, a forma, as condições e as datas de vencimento respectivas.

18.1.1. O TERMO DE CONTRATAÇÃO discriminará os valores que serão pagos por cada serviço, separadamente, haja vista serem serviços de natureza jurídica totalmente distinta, e com repercussões tributárias distintas.

18.1.2. No TERMO DE CONTRATAÇÃO constará ainda o valor a ser pago pelo CLIENTE em decorrência dos serviços de ativação ou instalação, bem como o valor a ser pago em virtude da locação de equipamentos (se for o caso), dentre outros.

18.1.3. O PLANO DE SERVIÇO ofertado ao CLIENTE constará no TERMO DE CONTRATAÇÃO, logo, todas as tratativas comerciais e as condições de prestação dos serviços propostas no PLANO DE SERVIÇO também estarão descritas no TERMO DE CONTRATAÇÃO.

18.2. Poderá a CONTRATADA, independentemente da aquiescência do CLIENTE, terceirizar a cobrança dos valores pactuados no TERMO DE CONTRATAÇÃO, a pessoa ou empresa distinta da presente relação contratual.

18.3. Havendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida à CONTRATADA, nos termos deste contrato, o CLIENTE será obrigado ao pagamento de:

18.3.1. Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido;

18.3.2. Correção monetária apurada segundo a variação do IGPM/FGV, INPC ou IPCA, sendo utilizado aquele que melhor recompor as perdas inflacionárias, desde a data do vencimento até a data da efetiva quitação; e

18.3.3. Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, desde a data do vencimento até a data da efetiva quitação;

18.3.4. Outras penalidades previstas em Lei e no presente Contrato, sem prejuízo de indenização por danos suplementares.

18.4. Os valores relativos a este contrato serão anualmente reajustados, com base na variação do IGPM/FGV, INPC ou IPCA, sendo utilizado aquele que melhor recompor as perdas inflacionárias.

18.5. Adicionalmente, o CLIENTE ficará obrigado ao pagamento de taxas, de acordo com os valores constantes no site da CONTRATADA (cabendo ao CLIENTE certificar-se previamente junto à CONTRATADA do valor vigente na época), correspondentes aos seguintes serviços:

18.5.1. Mudança de endereço do CLIENTE, ficando esta mudança condicionada à análise técnica da CONTRATADA;

18.5.2. Manutenção ou troca de equipamentos, caso algum destes eventos tenha sido causado por ação ou omissão do próprio CLIENTE;
18.5.3. Mobilização de técnicos ao local da instalação e constatado que não existiam falhas nos serviços objetos deste Contrato, ou que estas falhas eram decorrentes de erros de operação do CLIENTE, ou problemas na própria infraestrutura e equipamentos do CLIENTE ou de terceiros, gerando VISITA IMPRODUTIVA;

18.5.4. Retirada de equipamentos, caso o CLIENTE tenha anteriormente negado o acesso da CONTRATADA às suas dependências;

18.6. Para a cobrança dos valores descritos neste contrato, a CONTRATADA poderá providenciar emissão de boleto bancário e/ou duplicata, bem como, em caso de inadimplemento, protestar o referido título ou incluir o nome do CLIENTE nos órgãos restritivos de crédito, tais como o SERASA e o SPC, mediante prévia notificação.

18.7. O boleto de cobrança será entregue ao CLIENTE com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de vencimento. O não recebimento do documento de cobrança pelo CLIENTE não isenta o mesmo do devido pagamento. Nesse caso, o CLIENTE deverá, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de vencimento, contatar a CONTRATADA pela sua Central Atendimento ao Assinante, para que seja orientado como proceder ao pagamento dos valores acordados ou retirar a 2ª (segunda) via do documento de cobrança.

18.8. As partes declaram que os valores mensais devidos pelo CLIENTE à CONTRATADA são reconhecidos como líquidos, certos e exigíveis em caso de inadimplemento, podendo ser considerados títulos executivos extrajudiciais, a ensejar execução forçada, nos termos da legislação processual civil.

18.9. Na eventualidade da alteração e/ou imposição de obrigação tributária que acresça o valor dos serviços a serem contratados, o CLIENTE desde já concorda e autoriza o repasse dos respectivos valores, obrigando-se pelos respectivos pagamentos.

18.10. Na hipótese de ser reconhecida a inconstitucionalidade, não incidência ou qualquer outra forma de desoneração de 01 (um) ou mais tributos indiretos recolhidos pela CONTRATADA, o CLIENTE desde já autoriza a CONTRATADA ressarcir/recuperar este(s) tributo(s) recolhidos indevidamente, independentemente de sua ciência ou manifestação expressa ulterior neste sentido.

18.11. A CONTRATADA se compromete a observar, no tocante ao documento de cobrança, os requisitos previstos no Artigo 74 do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), anexo à Resolução ANATEL 632/2014, com exceção do inciso VIII do referido Artigo, que a CONTRATADA está dispensada por enquadrar-se no conceito de Prestadora de Pequeno Porte (PPP).

19. DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

19.1. O presente instrumento vigorará pelo prazo discriminado no TERMO DE CONTRATAÇÃO, a contar da data de assinatura ou aceite eletrônico do TERMO DE CONTRATAÇÃO, ou outra forma de adesão ao presente instrumento, sendo renovado por períodos iguais e sucessivos, segundo as mesmas cláusulas e condições aqui determinadas, salvo em caso de manifestação formal por qualquer das partes, em sentido contrário, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do término contratual.

19.2. Optando o CLIENTE pela rescisão, total ou parcial, do presente Contrato, antes de findo o prazo de vigência contratual, e tratando-se de CLIENTE sujeito a permanência contratual devido à assinatura (ou renovação) do Contrato de Permanência, fica o CLIENTE sujeito automaticamente às penalidades previstas no Contrato de Permanência, o que o CLIENTE declara reconhecer e concordar.

19.3. Ocorrendo quaisquer das hipóteses adiante elencadas, gerará à CONTRATADA a faculdade de rescindir de pleno direito o presente instrumento, a qualquer tempo, mediante prévia notificação ao CLIENTE, recaiando o CLIENTE nas penalidades previstas em Lei e neste Contrato:

19.3.1. Descumprimento pelo CLIENTE de quaisquer cláusulas ou condições previstas neste Contrato, em Lei ou na regulamentação aplicável;

19.3.2. Permanência do CLIENTE em situação de inadimplência ou infração contratual após 30 (trinta) dias de suspensão total dos serviços.

19.3.3. Se o CLIENTE for submetido a determinação judicial, legal ou regulamentar que impeça a prestação de serviço, ou ainda no caso do CLIENTE ser submetido a procedimento de insolvência civil, ou ainda, recuperação judicial, extrajudicial, falência, intervenção, liquidação ou dissolução de sociedade, bem como a configuração de situação pré-falimentar ou de pré-insolvência, inclusive com títulos vencidos e protestados ou ações de execução que comprometam a solidez financeira da pessoa física ou jurídica.

19.4. Poderá ser rescindido o presente Contrato, não cabendo indenização ou ônus de qualquer natureza de parte a parte, nas seguintes hipóteses:

19.4.1. Em caso de notificação expressa do CLIENTE à CONTRATADA, a qualquer momento e sem qualquer ônus, salvo se o CLIENTE estiver sujeito à permanência contratual, devido à assinatura (ou renovação) do Contrato de Permanência, hipótese em que a rescisão contratual antecipada sujeitará o CLIENTE às penalidades previstas no referido Contrato de Permanência.

19.4.2. Mediante determinação legal, decisão judicial ou por determinação da ANATEL.

19.4.3. Em decorrência de ato emanado pelo Poder Público Competente que altere ou disponha sobre a vedação e/ou inviabilidade do serviço.

19.4.4. Por comum acordo das partes, a qualquer momento, mediante termo por escrito, redigido e assinado pelas partes na presença de duas testemunhas.

19.4.5. Em virtude de caso fortuito ou força maior, desde que a causa que originou o caso fortuito ou força maior perdure por um período superior a 30 (trinta) dias contados da data de sua ocorrência.

19.4.6. Em virtude da interrupção temporária dos serviços se prolongar pelo período ininterrupto de 30 (trinta) dias.

19.5. A rescisão ou extinção do presente contrato por qualquer modo, acarretará:

19.5.1. A imediata interrupção dos serviços contratados, bem como a cessação de todas as obrigações contratuais antes atribuídas à CONTRATADA.

19.5.2. A perda pelo CLIENTE dos direitos e prestações ora ajustadas, desobrigando a CONTRATADA de quaisquer obrigações relacionadas neste instrumento.

19.5.3. A obrigação do CLIENTE em devolver todas as informações, documentação técnica/comercial, bem como os equipamentos cedidos em comodato ou locação, sob pena de conversão de obrigação de fazer em perdas e danos, bem como na sujeição do CLIENTE às penalidades previstas em Lei e neste Contrato.

19.6. A CONTRATADA se reserva o direito de rescindir o presente contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento e em lei, caso seja identificado qualquer prática do CLIENTE nociva a terceiros, seja ela voluntária ou involuntária, podendo também, nesse caso, disponibilizar a qualquer tempo às autoridades competentes toda e qualquer informação sobre o CLIENTE, respondendo o CLIENTE

civil e penalmente pelos atos praticados.

20. DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

20.1. Será de responsabilidade do CLIENTE os eventuais atrasos ou danos decorrentes da inadequação da infraestrutura necessária, de sua propriedade, para a ativação dos serviços contratados neste instrumento.

20.2. Será de responsabilidade do CLIENTE os eventuais danos ou prejuízos, comprovadamente causados aos equipamentos de propriedade da CONTRATADA ou de terceiros, bem como de perda, extravio, dano, avarias, furto ou roubo dos equipamentos de propriedade da CONTRATADA ou de terceiros.

20.3 Os serviços objetos deste contrato prestados pela CONTRATADA não incluem mecanismos de segurança lógica da rede interna do CLIENTE, ou de qualquer computador ou máquina utilizada pelo CLIENTE, sendo de responsabilidade deste a preservação de seus dados, as restrições de acesso e o controle de violação de sua rede.

20.4 A CONTRATADA, em hipótese alguma, será responsável por qualquer tipo de indenização devida em virtude de danos causados a terceiros, inclusive aos órgãos e repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais e suas autarquias, danos estes decorrentes de informações veiculadas e acessos realizados pelo CLIENTE através dos serviços objeto do presente Contrato, inclusive por multas e penalidades impostas pelo Poder Público, em face da manutenção, veiculação e hospedagem de qualquer tipo de mensagem e informação considerada, por aquele Poder, como ilegal, imprópria ou indevida, ou então, por penalidades decorrentes dos atrasos na adequação de sua infraestrutura.

20.5. O CLIENTE é inteiramente responsável pelo:

20.5.1 Conteúdo das comunicações e/ou informações transmitidas em decorrência dos serviços objeto do presente Contrato;

20.5.2. Uso e publicação das comunicações e/ou informações através dos serviços objeto do presente Contrato.

20.6. A CONTRATADA não se responsabiliza por quaisquer danos relacionados a algum tipo de programa externo, ou aqueles vulgarmente conhecidos como vírus de informática, por falha de operação por pessoas não autorizadas, ataque de hackers, crackers, falhas na Internet, infraestrutura do CLIENTE, de energia elétrica, ar condicionado, elementos radioativos ou eletrostáticos, poluentes ou outros semelhantes, e nem pelo uso, instalação ou atendimento a programas de computador e/ou equipamentos de terceiros, ou ainda por qualquer outra causa em que não exista culpa exclusiva da CONTRATADA.

20.6.1. A CONTRATADA não se responsabiliza pela garantia de funcionamento dos programas e serviços utilizados pelo CLIENTE quando do acesso à internet, a exemplo daqueles que dependem de sistemas e viabilidade técnica de terceiros, tais como: MSN, Skype, VOIP, Jogos on-line, Programas P2P, dentre outros.

20.6.2 A CONTRATADA não se responsabiliza pela impossibilidade do CLIENTE acessar páginas na rede internet que estejam fora do ar, e/ou inoperantes, e/ou sobrecarregadas por volume excessivo de usuários e/ou conexões simultâneas.

20.7. Caso a CONTRATADA seja acionada na justiça em ação a que deu causa o CLIENTE, está se obriga a requerer em juízo a imediata inclusão de seu nome na lide e exclusão da CONTRATADA, se comprometendo ainda a reparar quaisquer despesas ou ônus a este título.

20.8. O CLIENTE se compromete a não proceder qualquer tipo de repasse, comercialização, disponibilização ou transferência a terceiros, seja a que título for, dos serviços objetos do presente instrumento, bem como dos equipamentos cedidos em locação ou comodato. É vedado, inclusive, o repasse para pessoas jurídicas dos serviços contratados em nome de pessoas físicas, ou vice e versa, independentemente de haver vinculação entre elas. Sendo também vedado dar destinação aos serviços distinta daquela inicialmente contratada, conforme previsto no TERMO DE CONTRATAÇÃO.

20.9. Este instrumento de contrato não se vincula a nenhum outro tipo de serviço, mesmo que seja feita a contratação de forma conjunta de serviços de telecomunicações, sendo certo que quaisquer novas obrigações ou ajustes entre as partes somente poderão se estabelecer mediante a assinatura de novo instrumento específico.

20.10 A guarda dos Registros de Conexão do CLIENTE é uma obrigação imposta à CONTRATADA, nos termos do Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, anexo à Resolução ANATEL nº 614/2013, bem como nos termos da Lei nº 12.965/2014. Portanto a guarda dos registros de conexão, em hipótese alguma, poderá ser considerada como ato ilícito ou infração contratual por parte da CONTRATADA.

20.10.1. Quando solicitada a disponibilização pela CONTRATADA dos dados e Registros de Conexão do CLIENTE, formalmente requerido pela autoridade judiciária, esta disponibilização será cumprida pela CONTRATADA independentemente da aquiescência do CLIENTE, não será considerada quebra de sigilo, e a CONTRATADA não poderá ser responsabilizada por cumprir um dever legal.

20.11. A CONTRATADA se exime de qualquer responsabilidade por danos e/ou prejuízos e/ou pela prática de atividades e condutas negativas pelo CLIENTE, danosas e/ou ilícitas, através da utilização dos serviços objetos do presente Contrato.

20.12. A CONTRATADA não se responsabiliza por quaisquer eventuais danos ocorridos no equipamento do CLIENTE ou da CONTRATADA, decorrentes ou não do uso da conexão, incluindo-se os motivados por chuvas, descargas elétricas ou atmosféricas, ou pelo não aterramento ou proteção elétrica do local onde se encontra instalado o equipamento. Da mesma forma, a CONTRATADA não se responsabiliza por danos indiretos ou incidentais e/ou insucessos comerciais, bem como pela perda de receitas e lucros cessantes.

20.13. As Partes reconhecem e aceitam que a extinção ou a limitação de responsabilidade previstas neste instrumento constituem fator determinante para a contratação dos serviços, e foram devidamente consideradas por ambas as partes na fixação e quantificação da remuneração cobrada pelos serviços.

20.14. A CONTRATADA não se responsabilizará pelas transações comerciais efetuadas de forma online pelo CLIENTE perante terceiros. As transações comerciais efetuadas por intermédio dos serviços objetos deste Contrato serão de inteira responsabilidade do CLIENTE e do terceiro.

20.15. O CLIENTE, nos termos da Legislação Brasileira, respeitará os direitos autorais dos softwares, hardwares, marcas, tecnologias, nomes, programas, serviços, sistemas e tudo o mais que, porventura, venha a ter acesso através do serviço ora contratado, respondendo diretamente perante os titulares dos direitos ora referidos pelas perdas, danos, lucros cessantes, e tudo o mais que porventura lhes venha a causar, em razão do uso indevido ou ilegal daqueles direitos.

20.16. O CLIENTE reconhece que a velocidade de conexão à internet depende de fatores alheios ao controle da CONTRATADA, que não possui nenhuma responsabilidade, a exemplo:

20.16.1. Da capacidade de processamento do computador do próprio CLIENTE, bem como dos softwares nele instalados;

20.16.2. Da velocidade disponível aos demais computadores que integram a rede mundial (internet);

20.16.3. Do número de conexões simultâneas;

20.16.4. Condições climáticas;

20.16.5. Barreiras físicas no local de instalação;

20.16.6. Dentre outros fatores.

20.16.7. Desta forma, a CONTRATADA se compromete exclusivamente a cumprir a garantia de banda fixada no TERMO DE CONTRATAÇÃO.

20.17. A responsabilidade da CONTRATADA relativa a este Contrato limitar-se-á aos danos diretos, desde que devidamente comprovados, excluindo-se danos indiretos ou incidentais e/ou insucessos comerciais, bem como perda de receitas e lucros cessantes, causados por uma Parte à outra. Em qualquer hipótese, a responsabilidade da CONTRATADA está limitada incondicionalmente ao valor total fixado no presente instrumento, TERMO DE CONTRATAÇÃO e respectivo PLANO DE SERVIÇO.

20.18. A CONTRATADA empreenderá sempre seus melhores esforços no sentido de manter os serviços objetos deste Contrato permanentemente ativos, mas, considerando-se, as características funcionais, físicas e tecnológicas utilizadas para a conexão, não garante a continuidade dos serviços que poderão ser interrompidos por diversos motivos, sem que tais interrupções constituam infração contratual ou motivo para a rescisão contratual, tais como:

20.18.1. Interrupção ou falha no fornecimento de energia pela concessionária pública em qualquer ponto de suas instalações e da rede;

20.18.2. Falhas em equipamentos e instalações;

20.18.3. Rompimento parcial ou total dos meios de rede;

20.18.4. Motivos de força maior tais como causas da natureza, chuvas, tempestades, descargas atmosféricas, catástrofes e outros previstos na legislação.

20.19. A CONTRATADA não se responsabiliza pela interrupção dos serviços por motivos causados pela ação direta de terceiros em que o CLIENTE não tenha tido qualquer contribuição, nem pelas interrupções motivadas por problemas decorrentes do mau uso da conexão pelo CLIENTE ou ainda pelo mau funcionamento ou erro de configuração do equipamento que recebe a conexão.

20.20. O CLIENTE tem conhecimento de que os serviços poderão ser afetados ou temporariamente interrompidos em decorrência de ato emanado pelo Poder Público Competente, mormente pela ANATEL, que altere ou disponha sobre a vedação e/ou inviabilidade do serviço, a qualquer tempo, independentemente de aviso prévio, ou qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, não cabendo à CONTRATADA qualquer ônus ou penalidade.

21. DAS PENALIDADES

21.1. No caso de descumprimento pelo CLIENTE de qualquer cláusula ou obrigação ajustada neste Contrato, fica o CLIENTE automaticamente sujeito ao pagamento de multa penal compensatória no importe equivalente a 40% (quarenta por cento) da soma de todas as mensalidades previstas no TERMO DE CONTRATAÇÃO e no PLANO DE SERVIÇO, facultando-se ainda à CONTRATADA, a seu exclusivo critério, a rescisão de pleno direito do presente Contrato.

22. DA CONFIDENCIALIDADE

22.1. As partes, por si, seus representantes, prepostos, empregados, gerentes ou procuradores, obrigam-se a manter sigilo sobre quaisquer informações confidenciais. Para os fins deste termo, a expressão "Informações Confidenciais" significa toda e qualquer informação verbal ou escrita, tangíveis ou no formato eletrônico, obtida direta ou indiretamente pelas partes em função do presente contrato, bem como informações sigilosas relativas ao negócio jurídico pactuado. Tais obrigações permanecerão em vigor mesmo após a rescisão ou término do contrato.

22.2. A confidencialidade deixa de ser obrigatória, se comprovado documentalmente que as informações confidenciais:

22.2.1. Estavam no domínio público na data da celebração do presente Contrato;

22.2.2. Tornaram-se partes do domínio público depois da data de celebração do presente contrato, por razões não atribuíveis à ação ou omissão das partes;

22.2.3. Foram reveladas em razão de qualquer ordem, decreto, despacho, decisão ou regra emitida por qualquer órgão judicial, legislativo ou executivo que imponha tal revelação.

22.2.4. Foram reveladas em razão de solicitação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, ou de qualquer outra autoridade investida em poderes para tal.

22.2.5. As PARTES declaram e reconhecem que todos os fatos, documentos, dados e quaisquer outras informações relativas à outra parte que vierem a tomar conhecimento, seja verbalmente ou por escrito, o serão em caráter confidencial, razão pela qual se obrigam, neste ato, a mantê-las sob o mais absoluto sigilo e confidencialidade.

22.2.6. Para os fins desta cláusula, informação confidencial significa, mas não se limita à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, sistemas, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos e questões relativas ao desempenho das atividades das PARTES.

22.2.7. As PARTES se obrigam a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos às informações confidenciais que lhe venham a ser reveladas.

22.2.8. Todas as informações e documentos confidenciais revelados por uma parte à outra permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido ou findo este contrato, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

22.2.9. A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo terá validade enquanto a informação não for comprovadamente de conhecimento público no momento da revelação, exceto se for emitida autorização para divulgação pela parte proprietária da informação, ficando, assim, ambas cientes de todas as sanções judiciais, como a recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela outra parte, inclusive as de ordem material, moral ou concorrencial que poderão advir em razão do seu não cumprimento.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

23.1. As disposições deste Contrato, seus Anexos, TERMO DE CONTRATAÇÃO e respectivo PLANO DE SERVIÇO refletem a íntegra dos entendimentos e acordos entre as partes com relação ao objeto deste Contrato, prevalecendo sobre entendimentos ou propostas anteriores, escritas ou verbais.

23.2. As condições apresentadas neste instrumento poderão sofrer alterações, sempre que a CONTRATADA entender necessárias para atualizar os serviços objeto do presente Contrato bem como adequar-se a futuras disposições legais ou regulamentares.

23.3. Ocorrendo alterações na Lei ou em qualquer regulamento aplicável aos serviços objeto deste contrato, as partes reconhecem que estas alterações, a partir de suas respectivas vigências, incorporam-se automaticamente ao presente instrumento, passando a constituir direito ou dever do CLIENTE ou da CONTRATADA, conforme o caso.

23.4. O não exercício pela CONTRATADA de qualquer direito que lhe seja outorgado pelo presente contrato, ou ainda, sua eventual tolerância ou demora quanto a infrações contratuais por parte do CLIENTE, não importará em renúncia de quaisquer de seus direitos, novação ou perdão de dívida nem alteração de cláusulas contratuais e/ou direito adquirido, mas tão somente ato de mera liberalidade.

23.5. Se uma ou mais disposições deste Contrato vier a ser considerada inválida, ilegal, nula ou inexecutável, a qualquer tempo e por qualquer motivo, tal vício não afetará o restante do disposto neste mesmo instrumento, que continuará válido e será interpretado como se tal provisão inválida, ilegal, nula ou inexecutável nunca tivesse existido.

23.6. As Cláusulas deste Contrato que, por sua natureza tenham caráter permanente e contínuo, especialmente as relativas à confidencialidade e responsabilidade, subsistirão à sua rescisão ou término, independente da razão de encerramento deste Contrato.

23.7. As partes garantem que este Contrato não viola quaisquer obrigações assumidas perante terceiros.

23.8. A CONTRATADA poderá, a seu exclusivo critério, considerar imprópria a utilização do serviço pelo CLIENTE. Caso ocorra esta hipótese, o CLIENTE será previamente notificado e deverá sanar prontamente o uso inapropriado do serviço, sob pena de rescisão do presente contrato e imposição da multa contratual prevista na cláusula 20.1 deste contrato, sem prejuízo da incidência de demais penalidades previstas em Lei e neste Contrato.

23.9. É facultado à CONTRATADA, a seu exclusivo critério, a cessão total ou parcial do presente instrumento a terceiros, independentemente do consentimento do CLIENTE, podendo terceiros assumir total ou parcialmente os direitos e deveres atribuídos à CONTRATADA.

24. DO FORO

24.1 Para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes interpretação ou cumprimento deste contrato, ou casos omissos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre/RS, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13738204000176_2024.04.28.2_Conselho Regional de Biomedicina da 5ª Região.pdf

Documento número #0659777c-065c-4dcd-bf43-564a0bb3a69e

Hash do documento original (SHA256): 95cdfcd434ab630e10b531aaba28b1df18ed237862285bda467edff1fc3884c0

Assinaturas

**Adriano Soares Neto**

CPF: 806.695.300-34

Assinou como contratada em 03 mai 2023 às 14:47:11

**Paulo Cesar kirsten**

CPF: 701.637.070-49

Assinou como testemunha em 03 mai 2023 às 08:46:54

**RENATO MINOZZO**

CPF: 312.624.650-87

Assinou como contratante em 02 mai 2023 às 16:15:17

**INÁCIO FERREIRA BORGES**

CPF: 202.319.380-04

Assinou como testemunha em 02 mai 2023 às 16:11:25

**ALAN DA PEREIRA**

CPF: 838.205.580-04

Assinou como testemunha em 02 mai 2023 às 16:17:09

Log

02 mai 2023, 15:57:05

Operador com email paulo.kirsten@blue3.com.br na Conta 9d5f072d-b422-4768-9331-759fe3bab59b criou este documento número 0659777c-065c-4dcd-bf43-564a0bb3a69e. Data limite para assinatura do documento: 01 de junho de 2023 (15:53). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.

02 mai 2023, 15:57:12

Operador com email paulo.kirsten@blue3.com.br na Conta 9d5f072d-b422-4768-9331-759fe3bab59b adicionou à Lista de Assinatura: adriano@blue3.com.br para assinar como contratada, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Adriano Soares Neto e CPF 806.695.300-34.

02 mai 2023, 15:57:12	Operador com email paulo.kirsten@blue3.com.br na Conta 9d5f072d-b422-4768-9331-759fe3bab59b adicionou à Lista de Assinatura: paulo.kirsten@blue3.com.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Paulo Cesar kirsten e CPF 701.637.070-49.
02 mai 2023, 15:57:12	Operador com email paulo.kirsten@blue3.com.br na Conta 9d5f072d-b422-4768-9331-759fe3bab59b adicionou à Lista de Assinatura: presidencia@crbm5.gov.br para assinar como contratante, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Rolagem (scroll down) obrigatório ativado.
02 mai 2023, 15:57:12	Operador com email paulo.kirsten@blue3.com.br na Conta 9d5f072d-b422-4768-9331-759fe3bab59b adicionou à Lista de Assinatura: assessoria@crbm5.gov.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Rolagem (scroll down) obrigatório ativado.
02 mai 2023, 15:57:12	Operador com email paulo.kirsten@blue3.com.br na Conta 9d5f072d-b422-4768-9331-759fe3bab59b adicionou à Lista de Assinatura: gerencia@crbm5.gov.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Rolagem (scroll down) obrigatório ativado.
02 mai 2023, 16:11:26	INÁCIO FERREIRA BORGES assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail assessoria@crbm5.gov.br. CPF informado: 202.319.380-04. Documento assinado mediante rolagem (scroll down) obrigatório. IP: 179.152.3.246. Componente de assinatura versão 1.489.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
02 mai 2023, 16:15:17	RENATO MINOZZO assinou como contratante. Pontos de autenticação: Token via E-mail presidencia@crbm5.gov.br. CPF informado: 312.624.650-87. Documento assinado mediante rolagem (scroll down) obrigatório. IP: 179.152.3.246. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -30.0065303 e longitude -51.194317. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.489.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
02 mai 2023, 16:17:10	ALAN DA PEREIRA assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail gerencia@crbm5.gov.br. CPF informado: 838.205.580-04. Documento assinado mediante rolagem (scroll down) obrigatório. IP: 179.152.3.246. Componente de assinatura versão 1.489.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
03 mai 2023, 08:46:54	Paulo Cesar kirsten assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail paulo.kirsten@blue3.com.br. CPF informado: 701.637.070-49. IP: 170.233.230.254. Componente de assinatura versão 1.489.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
03 mai 2023, 14:47:11	Adriano Soares Neto assinou como contratada. Pontos de autenticação: Token via E-mail adriano@blue3.com.br. CPF informado: 806.695.300-34. IP: 170.233.230.254. Componente de assinatura versão 1.489.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
03 mai 2023, 14:47:12	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 0659777c-065c-4dcd-bf43-564a0bb3a69e.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 0659777c-065c-4dcd-bf43-564a0bb3a69e, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **BANET SERVICO DE INTERNET LTDA**
CNPJ: **47.219.292/0001-11**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:59:24 do dia 06/04/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até **03/10/2023**.

Código de controle da certidão: **85B5.3751.8211.9591**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **BANET SERV DE INTERNET LTDA**

CNPJ base: **47.219.292/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **06 dias do mês de ABRIL do ano de 2023**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até **4/6/2023**.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **23655966**
Autenticação: **33775566**





PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: **06/05/2023**

Nome: **BANET SERVICO DE INTERNET LTDA**

CNPJ: **47.219.292/0001-11**

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 3 de abril de 2023.

Certidão emitida em 06/04/2023 às 16:01:45, conforme Decreto 14.560 e Instrução Normativa SMF 04/2003.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 47.219.292/0001-11** e o código de autenticidade **ACF1D175D11C**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: **BANET SERVICO DE INTERNET LTDA** (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: **47.219.292/0001-11**

Certidão n°: 14501681/2023

Expedição: 06/04/2023, às 16:05:31

Validade: **03/10/2023** - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BANET SERVICO DE INTERNET LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **47.219.292/0001-11**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 47.219.292/0001-11

Razão

Social:

BANET SERVICO DE INTERNET LTDA

Endereço: AVENIDA PERNAMBUCO 2623 SALA 306 / SAO GERALDO / PORTO ALEGRE
/ RS / 90240-005

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/04/2023 a 01/05/2023

Certificação Número: 2023040201585165301761

Informação obtida em 06/04/2023 16:03:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: 47.219.292/0001-11

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: BANET SERVICO DE INTERNET LTDA

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: Optante pelo Simples Nacional desde 20/07/2022

Situação no SIMEI: NÃO enquadrado no SIMEI

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: Não Existem

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Voltar

Gerar PDF



B3TEC INTERNET E DATA CENTER LTDA

Av. Pernambuco, 2623 Sala 304 - Floresta - Porto Alegre/RS
CEP: 90240-005 Tel: (51) 3026-4400
E-mail: financeiro@blue3.com.br

Atendente: Diego Castilhos
Data da abertura: 13/05/2023 08:00:53
Data agendada: 00/00/0000 00:00:00

Instalação de Internet Fibra Óptica N°: 16510 - Protocolo N° 2023054529

Cliente: 2267 - Conselho Regional de Biomedicina da 5ª Região

CNPJ/CPF: 13.738.204/0001-76

Endereço: Avenida Cairu, 1293 - Navegantes

Compl.: Av. Cairu, 1293 - Navegantes, Porto Alegre - RS, 90230-030, Brasil / Predio

Fone: Celular: (51) 98206-6667 Comercial: (51) 3325-2010 Ramal:

Cidade: Porto Alegre / RS E-mail: assessoria@crbm5.gov.br

Contato: Inácio Celular: (51) 98206-6667 Residencial:

Contato E-mail: Comercial:

Assunto: Instalação
Informações Adicionais:

Melhor horário: Qualquer horário

Colaborador responsável: DIEGO BANDEIRA CASTILHOS

Atendimento concluído: () Sim () Não

Tipo de conexão:

Conexão:

Caixa FTTH: CTO 41.2B PES

Endereço IP:

Endereço MAC:

Porta FTTH: 5

Senha PPPoE: CONSELHO.BIOMEDICINA

Senha PPPoE: b3tec

Velocidade: B3TEC_corp_150

Senha Router 1: Blue31234@

Senha Router 2:

Senha Wifi:

Concentrador:

Observações/Detalhes:

O.S.: 16510

Atendente: Diego Castilhos

Data da abertura: 13/05/2023 08:00:53

Data agendada: 00/00/0000 00:00:00

Data ___/___/___ Hora entrada ___:___ Hora saída ___:___

Equipamento Wifi: Sim () Não ()

Solucionado: Sim () Não ()

Equipamento: _____

Agendar Novo Suporte: Sim () Não ()

Caixa FTTH: _____

Suporte Gratuito: Sim () Não () - Valor: R\$ _____

Potência dBm: _____

Pago: Sim () Não () - Data do Pagamento: ___/___/___

Quant. de Cabo: _____

Observações do Pagamento: _____

Satisfação do Cliente com Atendimento: () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

COLABORADOR RESPONSÁVEL

Conselho Regional de Biomedicina da 5ª Região

Mensagens/Interações

Data/Hora	Operador	Evento	Mensagem
-----------	----------	--------	----------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO
CRBM - 5

Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina
CNPJ 13738204/0001-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO/
CRBM-5, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 da Resolução CFBM 54/2000,
submete o presente processo administrativo aos demais membros do Colegiado para
fins de verificação da regularidade e adequação da contratação celebrada.

Assim sendo, em conformidade com o artigo 23, inciso VIII, da Resolução
54/2000 do Conselho Federal de Biomedicina, os membros do Colegiado, abaixo
assinados, mediante análise do conteúdo do presente processo administrativo, em
caráter de **controle interno**, nada tendo a opor, ratificam contratação celebrada pelo
Sr. Presidente.

Dr. Renato Minozzo (CRBM – 5 nº 0001)

Dr. Tiago Santos Carvalho (CRBM – 5 nº 0018)

Dr. Rodrigo Staggemeier (CRBM-5 nº 0596)

Dr. Eloir Dutra Lourenço (CRBM – 5 nº 0002)

Dra. Flávia Roberta Brust (CRBM – 5 nº 0009) –
MEMBRO DA COMISSÃO FISCAL

Dr. Vlademir Vicente Cantarelli (CRBM-5 nº 0019)

Dr. Emanuel de Souza (CRBM-5 nº 0266)

Maurício Sprenger Bassuino (CRBM-5 nº 0479)

Dr. Tiago Denicol Schiavo (CRBM – 5 nº 0011)
MEMBRO DA COMISSÃO FISCAL

Dr. Antonio Roberto Rodrigues Abatepaulo
(CRBM-5 nº 0022)

[Handwritten signatures of the members of the Colegiado, corresponding to the names listed on the left.]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO | CRBM-5

Jurisdição: Santa Catarina e Rio Grande do Sul

CNPJ: 13.738.204/0001-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.2023

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO, no desempenho das suas atribuições, atesta que a empresa **BANET SERVIÇO DE INTERNET LTDA. - CNPJ 47.219.292/0001-11** cumpriu as obrigações contratadas, objeto do presente processo administrativo.

Porto Alegre, 18 de março de 2024.

Vlademir Vicente Cantarelli – Conselheiro CRBM-5

Juliana Sortica da Veiga – Funcionária CRBM-5

Gian Carlo Lopes de Oliveira – Funcionário CRBM-5



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO | CRBM-5

Jurisdicção: Santa Catarina e Rio Grande do Sul

CNPJ: 13.738.204/0001-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.2023

A GESTORA DE CONTRATOS DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO/CRBM-5, vem perante o Ilmo. Sr. Presidente, em cumprimento das determinações estabelecidas no presente processo administrativo, dizer o quanto segue:

Primeiramente, informar que o prazo de vigência do contrato objeto do presente processo administrativo expira em 14/05/2024.

Por oportuno, para fins de eventual renovação contratual, informar que o valor permanecerá o mesmo.

Deste modo, submetem os autos a V. S.^a, ficando no aguardo de novas determinações.

Porto Alegre, 19 de março de 2024.


Laura Esteves Petersen
Gestora de Contratos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO | CRBM-5

Jurisdição: Santa Catarina e Rio Grande do Sul

CNPJ: 13.738.204/0001-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.2023

A ASSESSORIA JURÍDICA DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO, vem perante o *Ilmo. Sr. Presidente do Conselho* para apresentar manifestação relacionada o processo de renovação contratual indicado abaixo:

Objeto: Contratação de prestador de serviço voltado ao fornecimento de acesso à internet (ponto de acesso redundante) ao CRBM-5.

Parecer: Consoante se verifica no processo administrativo em referência, trata-se de demanda envolvendo a contratação de serviços voltados ao fornecimento de acesso à internet (ponto de acesso redundante) ao CRBM-5.

No que se refere a presente demanda, em análise relativa ao seu aspecto jurídico, verifica-se que o limite do valor atribuído pela Lei 14.133/2021 para dispensa de licitação do presente objeto (art. 75, inc. II), atualizado através do Decreto 11.871/2023, encontra-se em R\$ 59.906,02.

Desse modo, identifica-se, para fins de realização do objeto em referência, que poderá ser realizado o processo de dispensa de licitação, ante ao preenchimento de seus requisitos legais, e desde que observado o limite acima especificado nos termos da Lei, e ressalvada a existência de dotação orçamentária para tanto.

Porto Alegre, 25 de março de 2024.


André Felipe Schwartzhaupt
Assessor Jurídico



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO | CRBM-5

Jurisdição: Santa Catarina e Rio Grande do Sul

CNPJ: 13.738.204/0001-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO/CRBM-5, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 28 da Resolução 54/2000 do *Conselho Federal de Biomedicina*, vem através do presente para, tendo em vista as manifestações da Comissão de Fiscalização de Contratos, bem como das assessorias, determinar o aditamento do contrato em questão, mantido o enquadramento legal em vigor e de acordo com os motivos anteriormente expostos nos autos.

Isto posto, junta-se aos autos os documentos relacionados ao aditamento ora determinado e submeta-se o presente processo administrativo aos demais membros do Colegiado para as verificações de costume em caráter de controle interno.

Cumpra-se.

Porto Alegre, 01 de abril de 2024.


Renato Minozzo
Presidente CRBM-5



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO | CRBM-5

Jurisdição: Santa Catarina e Rio Grande do Sul

CNPJ: 13.738.204/0001-76

TERMO ADITIVO

Ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO À INTERNET E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA – 5ª. REGIÃO, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 13.738.204/0001-76, estabelecido na Av. Cairú, 1293, Bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, CEP 90.230-030, e-mail: gerencia@crbm5.gov.br, neste ato representado por seu presidente, Dr. Renato Minozzo;

CONTRATADA: BANET SERVIÇO DE INTERNET LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 47.219.292/0001-11, estabelecida na Av. Pernambuco, nº 2623, sala 306, bairro Floresta, na cidade de Porto Alegre/RS – CEP 90240-005, autorizada de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), nos termos de seu respectivo contrato de autorização celebrado com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, por seu representante legal abaixo assinado.

As partes acima qualificadas, de comum acordo e na melhor forma de direito, **RESOLVEM** firmar o presente termo aditivo, consoante alteração das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª - O contrato de prestação de serviços de conexão à internet e serviços de comunicação multimídia firmado entre as partes, ficará prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início da vigência em 15/05/2024 e término em 14/05/2025.

Cláusula 2ª. Demais cláusulas e condições contidas no contrato originário, não alteradas pelo presente instrumento, ficam ratificadas de pleno direito.

Por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma.

Porto Alegre/RS, 02 de abril de 2024.

BANET SERVIÇO DE INTERNET LTDA.

Renato Minozzo
**Presidente CONSELHO REGIONAL DE
BIOMEDICINA – 5ª REGIÃO**

13738204000176_CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDIICINA 5
REGIAO_Aditivo_- internet - prorrogação vigência 042024 (1).docx

Documento número #249d0087-9a96-460a-ac34-412246919238
Hash do documento original (SHA256): e082fff17e560ca4fa8a9bb5314e0dc1723471d0f0fa17e7ef1a52b7e864f28b

Assinaturas

- **Adriano Soares Neto**
CPF: 806.695.300-34
Assinou como contratada em 22 abr 2024 às 14:45:33
- **Daniel Castro**
CPF: 837.336.200-20
Assinou como testemunha em 22 abr 2024 às 14:46:57
- **Renato minozzo**
CPF: 312.624.650-87
Assinou como contratante em 25 abr 2024 às 15:38:06

Log

- 

22 abr 2024, 13:27:44

Operador com email paulo.kirsten@blue3.com.br na Conta 9d5f072d-b422-4768-9331-759fe3bab59b criou este documento número 249d0087-9a96-460a-ac34-412246919238. Data limite para assinatura do documento: 22 de maio de 2024 (13:27). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 22 abr 2024, 13:27:45

Operador com email paulo.kirsten@blue3.com.br na Conta 9d5f072d-b422-4768-9331-759fe3bab59b adicionou à Lista de Assinatura: adriano@blue3.com.br para assinar como contratada, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Adriano Soares Neto e CPF 806.695.300-34.
- 22 abr 2024, 13:27:45

Operador com email paulo.kirsten@blue3.com.br na Conta 9d5f072d-b422-4768-9331-759fe3bab59b adicionou à Lista de Assinatura: daniel.castro@blue3.com.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Daniel Castro.

- 22 abr 2024, 13:27:45 Operador com email paulo.kirsten@blue3.com.br na Conta 9d5f072d-b422-4768-9331-759fe3bab59b adicionou à Lista de Assinatura: gerencia@crbm5.gov.br para assinar como contratante, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Foto de documento oficial; Foto de face & documento. Rolagem (scroll down) obrigatório ativado.
- 22 abr 2024, 14:45:33 Adriano Soares Neto assinou como contratada. Pontos de autenticação: Token via E-mail adriano@blue3.com.br. CPF informado: 806.695.300-34. IP: 170.233.230.254. Componente de assinatura versão 1.834.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 22 abr 2024, 14:46:57 Daniel Castro assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail daniel.castro@blue3.com.br. CPF informado: 837.336.200-20. IP: 170.233.230.254. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -30.0159437 e longitude -51.2021982. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.834.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 25 abr 2024, 15:38:10 Renato minozzo assinou como contratante. Pontos de autenticação: Token via E-mail gerencia@crbm5.gov.br. CPF informado: 312.624.650-87. Foto do documento oficial, sendo a frente com hash SHA256 prefixo 1ca2f7(...), vide anexo official_document_front_25 abr 2024, 15-38-06.png, e o verso com hash SHA256 prefixo 83d0ba(...), vide anexo official_document_back_25 abr 2024, 15-38-06.png. Foto de face & documento com hash SHA256 prefixo 0cac73(...), vide anexo 25 abr 2024, 15-38-06.jpeg. Documento assinado mediante rolagem (scroll down) obrigatório. IP: 179.152.0.9. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -30.0065585 e longitude -51.1943702. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.836.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 25 abr 2024, 15:38:10 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 249d0087-9a96-460a-ac34-412246919238.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 249d0087-9a96-460a-ac34-412246919238, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

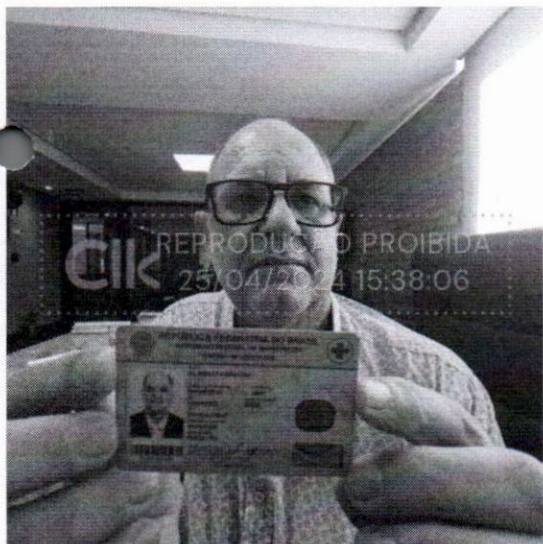
Anexos

Renato minozzo

Assinou o documento enquanto contratante em 25 abr 2024 às 15:38:06

SELFIE COM DOCUMENTO

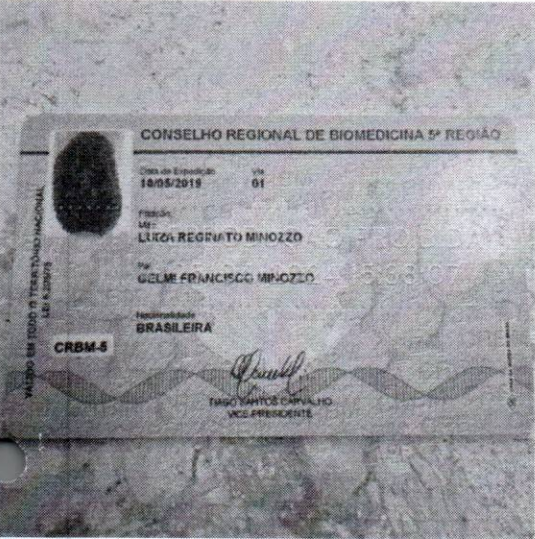
Foto da face com documento com hash SHA256 prefixo
0cac73(...)



25 abr 2024, 15-38-06.jpeg

DOCUMENTO OFICIAL

Foto do verso do documento oficial com hash SHA256
prefixo 83d0ba(...)



official_document_back_25 abr 2024, 15-38-06.png

Foto da frente do documento oficial com hash SHA256
prefixo 1ca2f7(...)



official_document_front_25 abr 2024, 15-38-06.png



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO | CRBM-5

Jurisdição: Santa Catarina e Rio Grande do Sul

CNPJ: 13.738.204/0001-76

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 5ª REGIÃO/ CRBM-5, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 da Resolução CFBM 54/2000, submete o presente processo administrativo aos demais membros do Colegiado para fins de verificação da regularidade e adequação do aditamento contratual celebrado.

Assim sendo, em conformidade com o artigo 23, inciso VIII, da Resolução 54/2000 do Conselho Federal de Biomedicina, os membros do Colegiado, abaixo assinados, mediante análise do conteúdo do presente processo administrativo, em caráter de **controle interno**, nada tendo a opor, ratificam o aditamento contratual celebrado pelo Sr. Presidente do Conselho.

Dr. Renato Minozzo (CRBM-5 nº 0001)

Dr. Tiago Santos Carvalho (CRBM-5 nº 0018)

Dra. Flávia Roberta Brust (CRBM-5 nº 0009)

Dr. Eloir Dutra Lourenço (CRBM-5 nº 0002)

Dr. Rodrigo Staggemeier (CRBM-5 nº 0596)

Dr. Antonio R. R. Abatepaulo (CRBM-5 nº 0022)

Dr. Emanuel de Souza (CRBM-5 nº 0266)

Maurício Sprenger Bassuino (CRBM-5 nº 0479)

Dr. Tiago Denicol Schiavo (CRBM-5 nº 0011)

Dr. Vlademir Vicente Cantarelli (CRBM-5 nº 0019)

POP.ADM 02